



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VIII Legislatura

Número: 25

II Sessão Legislativa

Horta, Quarta-feira, 19 de Outubro de 2005

Presidente: *Deputado Fernando Menezes*

Secretários: *Deputados António Loura e Cláudio Lopes*

Sumário

(Os trabalhos tiveram início às 15 horas e 20 minutos).

Período de Informação Parlamentar:

Após a leitura da correspondência, deu-se início ao período destinado a **intervenções de interesse político-relevante**, tendo usado da palavra os Srs. Deputados Lubélia Chaves (*PS*), Luís Henrique Silva (*PSD*), Fernanda Mendes (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*), Mark Marques (*PSD*) Manuel Avelar (*PS*), João Bettencourt (*PS*), Costa Pereira (*PSD*), Ana Isabel Moniz (*PS*), Carla Bretão (*PSD*) e os Srs. Secretários Regionais dos Assuntos Sociais (*Domingos Cunha*) e da Presidência (*Vasco Cordeiro*).

Agenda da Reunião:

1º - Proposta de Decreto Legislativo Regional - “Regime Jurídico de Avaliação do Sistema Educativo Regional”.

No debate deste diploma usaram da palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*) que fez a apresentação, e os Srs. Deputados Cláudia Cardoso (*PS*) e Costa Pereira (*PSD*).

Submetida à Votação a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade, na generalidade, especialidade e votação final global, com excepção da proposta de alteração ao artigo 10º, que foi aprovada por maioria.

2º - Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão da Proposta de Resolução - “Recomenda a revogação do Despacho Normativo nº 48/2005, de 11 de Agosto, apresentado pelo PSD.

Após as intervenções do Sr. Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*) e do Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo de Meneses*) a Proposta de Resolução baixou à respectiva comissão para parecer.

3º - Foi aprovada por unanimidade a Proposta de Resolução - “Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, referente ao ano de 2004”.

4º - O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão da Proposta de Resolução - “Prorrogação do prazo previsto no artigo 6º da Resolução da ALRAA nº 3/2005/A, de 20 de Janeiro”, foi aprovado por unanimidade.

5º - Foi também aprovada por unanimidade a Proposta de Resolução - “Prorrogação do prazo previsto no artigo 6º da Resolução da ALRAA nº 3/2005/A, de 20 de Janeiro”.

6º - Relatório relativo ao pedido de autorização para prestar depoimento, na qualidade de testemunha, do Sr. Deputado Manuel Avelar.

Submetido à votação, o relatório foi aprovado por unanimidade.

7º - Nomeação dos representantes da Região Autónoma dos Açores no Conselho Económico e Social.

Após votação, por escrutínio secreto, foram eleitos as seguintes personalidades:

- Professor Doutor Fernando Rosa Rodrigues Lopes - Efectivo
- Engenheiro Luís Tadeu da Silva Dutra - Efectivo
- Dr. António Gabriel Fraga Martins Maio - Suplente
- Francisco Jorge Silva Ferreira - Suplente

8º - Foi aprovada por unanimidade a **Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de Outubro**, apresentada pela Mesa da ALRAA.

(Os trabalhos terminaram às 19 horas e 25 minutos)

Presidente: Muito bom dia Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo.
Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada dos Srs. Deputados.

(Eram 15 horas e 20 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Ana Isabel Damião de Serpa Arruda **Moniz**

António Gonçalves Toste **Parreira**

António José Tavares de **Loura**

Catarina Paula Moniz **Furtado**

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da **Costa**

Fernando Manuel Machado **Menezes**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Guilherme de Fraga Vicente **Nunes**

Henrique Correia **Ventura**

Hernâni Hélio **Jorge**

João Carlos Correia Lemos **Bettencourt**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José de Sousa **Rego**

José Gabriel Freitas **Eduardo**

José Gaspar Rosa de **Lima**

José Manuel Gregório de **Ávila**

Lizuarte Manuel **Machado**

Lubélia Maria de Melo Figueiredo **Chaves**

Luís Paulo de Serpa **Alves**

Manuel Avelar Cunha Santos

Manuel Herberto Santos da **Rosa**

Manuel Soares da **Silveira**

Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**

Maria **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano

Mariana Rego Costa de **Matos**

Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**

Nuno André da Costa Soares **Tomé**

Osório Meneses da **Silva**

Paulo Manuel Ávila **Messias**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes dos **Reis**

Alberto Abílio Lopes **Pereira**

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Lima Cardoso **Ventura**

António Maria da Silva **Gonçalves**

Carla Patrícia Carvalho **Bretão** Martins

Cláudio José Gomes **Lopes**

Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José Manuel Avelar **Nunes**

José Manuel Cabral Dias **Bolieiro**

Luís Henrique da **Silva**

Maria José Botelho de Viveiros da Silva Lemos **Duarte**

Mark Silveira **Marques**

Pedro António de Bettencourt **Gomes**

Sérgio Emanuel Bettencourt Ferreira

Partido Popular (PP)

Artur Manuel Leal de Lima

Presidente: Estão presentes 48 Srs. Deputados.

Pode entrar o público.

Vamos passar à leitura da correspondência entrada na mesa.

Secretário (*António Loura*): Da Presidência do Conselho de Ministros, pedido de parecer sobre a proposta de diploma que – “Cria a Autoridade de Segurança Alimentar Económica e extingue a Inspeção-Geral das Actividades Económicas, a Agência Portuguesa de Segurança Alimentar e a Direcção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar”.

Baixou à Comissão de Economia.

Secretário (*Cláudio Lopes*): Da Presidência do Conselho de Ministros, pedido de parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei – “que transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva nº 2003/66/CE, da Comissão, de 3 de Julho de 2003, que altera a Directiva nº 94/2/CEE que estabelece as normas respeitantes à etiquetagem energética de frigoríficos, congeladores e respectivas combinações, revogando a Portaria nº 1139/94, de 22 de Dezembro”.

Baixou à Comissão de Economia.

Secretário (*António Loura*): Do Sindicato dos Professores, envio da Petição pela revogação do Despacho 48/2005, de 11 de Agosto.

Baixou à Comissão de Assuntos Sociais.

Secretário (*Cláudio Lopes*): Da Presidência do Governo, envio da Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 32/2005 – “Alteração do Decreto Legislativo Regional nº 27/2004/A, de 24 de Agosto – regime jurídico da gestão do património arqueológico”.

Baixou à Comissão de Assuntos Sociais.

Secretário (*António Loura*): Dos Deputados Regionais Paulo Messias, Clélio Meneses e Artur Lima, ofício solicitando urgência e dispensa de exame em comissão

para a Proposta de Resolução nº 3/2005/A, de 20 de Janeiro, revogação do prazo previsto no artigo 6º.

Presidente: A correspondência fica ao vosso dispor.

Vamos passar às intervenções de interesse político-relevante.

Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Lubélia Chaves.

Deputada Lubélia Chaves (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quando há um ano atrás aceitei o desafio de representar Santa Maria nesta Assembleia Legislativa, fi-lo com o sentido de responsabilidade e esperança de que, de alguma forma, contribuiria para o progresso e desenvolvimento destas nove ilhas e em particular da ilha de Santa Maria, círculo eleitoral que represento.

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores é o órgão máximo da nossa autonomia e a nós deputados cabe a dignificação deste órgão, não só através do exercício das competências previstas na última Revisão Constitucional, mas também, e principalmente, com a necessidade de contribuir para uma maior e melhor divulgação dos trabalhos efectuados e com a aproximação à população apelando à participação e motivação dos nossos eleitores na vida e acção política. Actualmente, numa sociedade que se quer mais activa e participativa, cabe aos cidadãos a adesão a iniciativas de forma a obter-se melhores resultados.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Chegado quase um ano desta Legislatura, é tempo de dizer que o Governo Regional do Partido Socialista nos últimos 9 anos tem adoptado uma estratégia de desenvolvimento sustentado dos Açores, o que tem permitido acentuar o crescimento económico de forma convergente e harmoniosa, procurando reforçar a coesão económica e social do nosso arquipélago.

Não há dúvida que a Região Autónoma dos Açores tem registado um acentuado crescimento económico nestes últimos anos comparativamente com outras Regiões do País.

Mas, se é verdade que este Governo muito tem feito pelo desenvolvimento e progresso das nossas ilhas, também é verdade que ainda **muito há a fazer para**

obter uma aproximação real no ritmo de desenvolvimento com a diminuição das desigualdades inter-ilhas, nomeadamente em relação às ilhas mais pequenas e que sofrem o problema da dupla insularidade.

Nesta minha terceira e última intervenção, quero deixar o apelo ao Senhor Presidente e Membros do Governo para que **não sejam esquecidas as, agora chamadas, “ilhas da coesão”**, de forma a beneficiar e contribuir para a igualdade de oportunidades e aumento da qualidade de vida das suas populações.

Um exemplo disso poderá ser o aproveitamento do **Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico** que prevê, para além de pretender criar condições para atrair o investimento externo, a discriminação positiva das ilhas como o Corvo, Flores, São Jorge, Graciosa e se me permitem em especial e em particular a ilha de Santa Maria, tal como já o referi uma vez nesta tribuna.

Embora este Governo já tenha dado provas da intenção de beneficiar e promover as ilhas mais pequenas, quer através de investimentos essenciais e estruturantes, quer através da descentralização de eventos relevantes, **Santa Maria carece ainda de investimentos públicos em áreas primordiais ao seu desenvolvimento**, como é o caso do **Porto de Recreio, a Pousada de Juventude, Equipamentos de valências da Solidariedade e Segurança Social, o Campo de Golfe e um Parque de Exposições para as várias Actividades Económicas.**

A criação de condições, por parte do Governo Regional, para tornar possível a instalação de uma estação móvel de rastreio e telemetria da Agência Espacial Europeia, ESA, em Santa Maria, com o objectivo de acompanhar o lançamento de foguetões cujo acordo será assinado em Novembro, bem como o empenho do executivo na futura instalação de uma estação fixa, **permite à ilha a participação num projecto espacial europeu beneficiando o sector das novas tecnologias de informação. Para além de potenciar o aproveitamento de uma grande infraestrutura que é o seu Aeroporto, permite igualmente a divulgação da ilha no contexto internacional através de todos os órgãos de comunicação social.**

Assim, espero que no desempenho das vossas funções contribuam com o mesmo empenho e determinação para o desenvolvimento harmonioso e equilibrado da Região Autónoma dos Açores.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No exercício das nossas funções, todos temos de ter a convicção de que, **um pequeno problema numa ilha grande corresponde a um grande problema numa ilha pequena.**

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Termino brevemente estas minhas funções com a consciência de que me empenhei o máximo quer no trabalho parlamentar, quer nas comissões a que pertenço, bem como e também, na procura de soluções para os problemas e preocupações sentidas localmente e que afectam o dia a dia dos marienses.

Por fim, dirijo-me a Vossa Excelência, Senhor. Presidente desta Assembleia e às Senhoras e Senhores Deputados, desejando que o trabalho em conjunto contribua para o desenvolvimento da nossa Região e responda aos anseios e aspirações daqueles que nos elegeram como seus representantes nesta Assembleia.

Disse.

(Aplausos da Câmara)

Presidente:

Estão abertas inscrições para esclarecimentos.

(Pausa)

Parece que está tudo esclarecido. Assim sendo dou a palavra ao Sr. Deputado Luís Henrique Silva.

Deputado Luís Henrique Silva (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O IX Governo Regional está em funções há quase um ano. Já é altura para se propor uma reflexão sobre a sua Política, e o actual estado da saúde na Região.

Sendo certo que o modelo genérico da saúde, nesta altura, não deverá ser posto em causa, há alguns pormenores muito importantes, entregues ao desleixo, e que se vistos com um olhar de atenção, trarão benefícios significativos, desde logo nas contas da saúde, e não menos importante, na satisfação dos utentes, na motivação dos profissionais, em suma numa melhoria efectiva e real, da prestação de cuidados de saúde neste Arquipélago.

Como é do conhecimento geral o rastreio é a forma mais fácil de prevenir e diagnosticar antes do indivíduo tornar-se sintomático e permite, normalmente, um tratamento mais barato, menos doloroso e com melhor prognóstico.

É chegada a altura de fazer política de saúde a sério nos Açores, acompanhando aquilo que de longa data vem sendo feito a nível nacional ou na comunidade europeia. Pergunta-se assim onde estão os programas de rastreio devidamente organizados que permitam o diagnóstico atempado das doenças de maior índice de mortalidade e morbidade nos Açores?

Falamos do rastreio cardiovascular, oncológico, ou mesmo de patologias infecciosas de alta prevalência como o HIV ou Hepatites.

No caso do rastreio oncológico e no que concerne ao cancro da mama, como é possível entender que muitas das mulheres açorianas tenham de se deslocar a outras ilhas para realizarem uma mamografia, muitas vezes recorrendo a serviços privados para posterior reembolso de quantias irrisórias? Alguém contabilizou os custos envolvidos? Ainda assim assistimos a discussões estéreis sobre a pertinência de quem ou não deve adquirir um mamógrafo portátil, (se a liga ou o Centro de Oncologia) e assim se permanece no marasmo sem uma intervenção vigorosa de quem de direito.

Para quando o rastreio do cancro do cólon?

Para nós os programas de rastreio devem ser universais não privilegiando grupos populacionais em detrimento de outros e de fácil acessibilidade e não camuflados em consultas normais cuja acessibilidade é no mínimo penosa como ainda no passado mês se constatou através da comunicação social, na Ilha Terceira.

Em jeito de remate no que respeita às políticas preventivas em saúde passo a citar o relatório final da Comissão Eventual para o Estudo do Financiamento do Serviço Regional de Saúde:

“Há um défice de cidadania no que diz respeito às questões de saúde que ultrapassa o limite do razoável. É preciso fazer pedagogia junto das pessoas no sentido da prevenção da doença”.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário sabe, (e penso que o tema lhe é bastante caro) que o sistema, privilegia ou deveria privilegiar, a função do Clínico Geral/Médico de Família como o “gatekeeper”, ou seja o guardião, o orientador do utente, no acesso aos cuidados de saúde diferenciados, com todas as vantagens que daí advêm, e universalmente reconhecidas.

Perguntaria por isso, quantos são os utentes, que não possuem médico de família nesta Região?

Onde estão os programas de incentivos para aumentar o número de clínicos gerais/médicos de família na Região?

Sr. Secretário dos Assuntos Sociais, permita-me que lhe faça uma ou duas sugestões ou até mesmo um desafio, crie um sistema remuneratório para estes médicos baseado no nº de utentes inscritos nas suas listas, o número de actos médicos, o número de doenças consideradas de risco ou sensíveis. Será que não existiria maior equidade e justiça remuneratória com ganhos consideráveis para a população? Mais do que ter médicos de família é fundamental ter cobertura Universal. Crie ainda um sistema de incentivos para fixação na região de especialistas nesta área, aumente o número de bolseiros para esta especialidade e distribua de forma racional o número de especialidades a abrir na região. Finalmente dê a conhecer a oferta de emprego para médicos nos Açores a nível nacional ou mesmo no estrangeiro.

Em 2003 O relatório final da Comissão Eventual para o Estudo do Financiamento do Serviço Regional de Saúde defendeu a elaboração urgente da Carta Hospitalar da Região Autónoma dos Açores. Em 2005 pergunto a Vexa. onde se encontra publicado esse mesmo documento?

Nos Açores existe um Plano Regional de Saúde de valor questionável, contudo é uma virtude a louvar num sistema de saúde, pior que um mau plano é o seu não cumprimento. Muitos dos aspectos acima abordados encontram-se nesse plano, contudo não existe cumprimento das medidas que nele se preconizam e para o exemplificar gostaria que Vexa., o Sr. Secretário dos Assuntos Sociais, elucidasse todos os açorianos sobre o que foi feito em termos de cuidados continuados? Ou mesmo no campo da urgência médica particularmente nas ilhas onde não existe unidade hospitalar?

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De muito mais se podia aqui discutir, mas tornar-me-ia maçador, no entanto não posso deixar de perguntar que futuro para as Unidades de Saúde de Ilha? Que avaliação foi feita da Unidade de Saúde da Ilha do Pico, já que a da Ilha de São Jorge existe apenas no papel, porquê?

Quais os benefícios para as populações?

É para alargar às outras Ilhas?

Ou são meros instrumentos para arrumar alguma rapaziada do partido?

Não posso terminar esta intervenção, sem deixar expressa a minha satisfação pelo início das obras de substituição das janelas, pintura da fachada e substituição da cobertura no Centro de Saúde de Santa Cruz da Graciosa. Assunto este já anteriormente trazido por mim a esta casa.

Finalmente os utentes e profissionais que nele laboram podem usufruir de condições de habitabilidade consideradas mínimas.

No entanto, gostava de saber, para quando as obras na casa mortuária? Bem como a câmara de congelação de cadáveres? Ou se ainda se continua a pensar que é aceitável que o mesmo enfermeiro possa servir o internamento e o S.A.P. numa maratona contínua através das escadas que separam os dois pisos onde se encontram estes serviços?

Por último para quando o novo Centro de saúde da Graciosa?

Disse.

Deputado Mark Marques (PSD): Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

(Pausa)

Estão inscritos o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais, a Sra. Deputada Fernanda Mendes, os Srs. Deputados Artur Lima, José Manuel Bolieiro, Mark Marques, Rogério Veiros, Pedro Gomes, o Sr. Secretário Regional da Presidência e o Sr. Deputado Manuel Avelar

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Regional dos Assuntos Sociais.

(*) Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Luís Henrique Silva:

Não vamos falar aqui sob o ponto de vista técnico, uma vez que o Sr. Deputado é enfermeiro e eu sou médico e poderíamos entrar num diálogo, mas não o vou fazer. Vou falar na qualidade de Secretário Regional dos Assuntos Sociais, uma vez que o senhor neste momento desempenha funções como deputado.

Eu podia responder-lhe da seguinte maneira:

A política de saúde a sério na Região comprova-se demonstrando que a taxa de mortalidade infantil baixou de 8,2 em 2000 para 2,9. Isto demonstra clara e indiscutivelmente que os cuidados de saúde prestados na Região, essencialmente pelos médicos que estão nos centros de saúde, desde Santa Maria ao Corvo, tem sido um trabalho meritório que nós todos devemos reconhecer, assim como o trabalho dos enfermeiros, em trabalho de equipa e em trabalho articulado, porque só assim é que se pode compensar a falta de recursos que nós temos na área dos médicos com a especialidade de medicina geral e familiar.

Para nós o ponto fundamental tem sido a motivação dos profissionais, os que cá estão, que cá têm continuado e que há 30 anos suportam o Serviço Regional de

Saúde na prestação de cuidados nos Centros de Saúde, em complementaridade com os hospitais.

Por outro lado, temos que criar incentivos para aqueles que queiram vir para a Região desempenhar a sua profissão.

Os incentivos estão criados, estão identificados os centros de saúde que são particularmente carenciados e para isso têm apoios distintos na legislação.

A publicitação dos concursos públicos de todas as unidades de saúde, incluindo os centros de saúde são publicitados no Jornal Oficial, bem como em dois jornais de expansão nacional e regional e como o Sr. Deputado sabe, todos, infelizmente, ou a grande maioria dos concursos têm sido abertos e encerram desertos, porque há um grande deficit de médicos de clínica geral no país e logicamente na Região. Se bem que nós ultimamente temos começado a ver que já há alguma procura da Região nessa área.

Temos recentemente um concurso que já decorreu, que foi aberto, que houve candidatos que foram admitidos e que vão tomar posse.

Portanto, o nosso objectivo é, e continua a ser, incentivar e promover as condições que temos para recrutar profissionais de saúde, independentemente de serem médicos, enfermeiros ou técnicos de diagnóstico ou terapêutica ou outras áreas. Também temos incentivos para esses técnicos.

Quanto ao recrutamento de médicos eu dir-lhe-ei que até 2010 vão terminar a especialidade de médicos bolseiros da Região em patologia clínica, 1; em anestesia, 3; em cardiologia, 7; em cirurgia geral, 8, em endocrinologia, 2 e assim sucessivamente em todas as especialidades, e dos 106, em clínica geral, vão acabar 4. Penso que a resposta aqui está dada.

Qual é a alternativa?

Já disse nesta Câmara e continuo a dizer que a alternativa é aquela que nós estamos a estudar em associação com os médicos de clínica geral que estão no Centros de Saúde, através da Associação Portuguesa de Médicos de Clínica Geral, delegação da Região e só há duas hipóteses, ou vamos para as horas extraordinárias ou vamos para o regime remuneratório experimental como expliquei aqui da última vez.

O regime remuneratório experimental que está a ser aplicado no Continente, é um regime que abrange um grupo de centros de saúde e um grupo de médicos. Não se pode aplicar esse regime na Região.

Nós temos que fazer um regime remuneratório experimental, se for essa a nossa opção, por casos pontuais, unidade de saúde a unidade de saúde. É isso que estamos a estudar, sabendo-se o impacto.

Quanto à questão dos rastreios dir-lhe-ei que o rastreio de hipertensão, de doenças cardiovasculares, de diabetes, é da competência dos médicos de clínica geral, como é competência de qualquer médico hospitalar, que tem que saber fazer o diagnóstico de uma hipertensão, de uma diabetes e tem que saber qual o tratamento e orientação que deve dar.

Rastreio do HIV, como sabe, é preciso ter autoridade e licença personalizada do doente para se pedir a análise do HIV. Se não sabe fica a saber que nenhum profissional de saúde pode pedir uma análise para a Sida se não tiver o consentimento escrito do médico. Também são feitos os rastreios das hepatites.

Em relação ao rastreio oncológico, nomeadamente as mamografias, o problema não é o mamógrafo portátil ou não, mas definir o rastreio e o registo oncológico que é aquilo que estamos a trabalhar.

Está criado por esta casa desde 1987 o registo oncológico, que nunca andou por razões que não vou aqui discutir.

O que nós temos que fazer é pegar naquilo que está feito. O que estiver bem feito vai ser consolidado e o que tiver que evoluir vai ter que evoluir.

Muito obrigado.

Vozes das bancadas do PS e do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uso da palavra para esclarecimentos ao Sr. Deputado.

No que diz respeito às políticas de saúde a sério, elas têm um objectivo que é melhorar os indicadores de saúde de uma dada região e de uma dada população, nesse sentido alguns dos indicadores de saúde da Região têm melhorado, como o Sr. Secretário referiu e se pode ler, também, nas publicações da Direcção Regional de Saúde.

Felizmente sabemos que os sistemas de saúde, nestes últimos 30 anos, têm ajudado a melhorar a saúde das populações no mundo onde esses sistemas de saúde são universais e tentam melhorar, cada vez mais, as acessibilidades dos cidadãos aos cuidados de saúde.

Gostaria de lembrar o esforço que tem sido feito na Região para aumentar o número de médicos de clínica geral e o quanto não tem sido fácil. As razões já têm sido aqui invocadas, por diversas vezes, e algumas delas ultrapassam-nos.

Também é verdade que se nós tivéssemos recursos financeiros sobejantes - é claro que uma região ou país que tenha esses recursos não terá problemas porque poderá despender montantes avultados para criar incentivos - mas temos que ter noção que os nossos recursos são escassos, não são suficientes para todas as necessidades por isso temos que ir com equilíbrio e resolver paulatinamente problemas de acessibilidade.

Gostaria de lhe lembrar que, por exemplo, em 1993 tínhamos 225 médicos e em 2003 eram 340. Em 1993, tínhamos 444 enfermeiros e em 2003, 655.

Também quero dizer que, com o esforço que tem sido desencadeado, temos melhorado o número de médicos de clínica geral. Em 1996 eram 110 nos centros de saúde e em 2003, 126.

Portanto, temos trabalhado no sentido de melhorar o número de recursos humanos na Região para poder dar resposta às necessidades das nossas populações.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima para esclarecimentos.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais:

A intervenção aqui feita versou várias matérias e há uma que me preocupa particularmente e, da sua intervenção, percebi que o preocupa a si também, que é a falta de médicos de medicina geral familiar.

É um recurso escasso, todos nós sabemos. Não temos médicos suficientes e era, talvez, importante começar por gerir bem esses recursos.

Não é por acaso que a especialidade se chama medicina geral e familiar. Ela chama-se familiar por algum motivo e era interessante que V. Exa. implementasse no terreno uma redistribuição de utentes. Aliás, isto já estava previsto no relatório da Comissão Eventual e a ser implementado pelo antigo Secretário Francisco Coelho que aqui nesta casa referiu isso mesmo, porque não faz sentido o pai e a mãe serem do médico A e o filho, que nasceu 4 ou 5 anos depois, ser do médico B.

Julgo que aí havia uma optimização de recursos que era fundamental fazer-se e, finalmente, actualizar as listas dos médicos de família, nomeadamente quantos são os utentes activos e passivos e mesmo na globalidade, e como o Sr. Secretário sabe ainda há listas que não estão actualizadas, com gente que já morreu, gente que já mudou de ilha, gente que já mudou de região, gente que já não está cá. Era fundamental fazer-se isso para optimização dos nossos recursos.

Também lhe quero dizer, Sr. Secretário, que é preciso nesta matéria começar a fazer escolhas e a escolha faz-se – e V. Exa. tem oportunidade de o fazer agora – influenciando a escolha das especialidade de medicina geral e familiar. É V. Exa. que tem essa responsabilidade, porque é V. Exa. que recebe as vagas atribuídas pelo Ministério da Saúde e há maneiras de influenciar essa escolha, Sr. Secretário.

(Risos do Secretário Regional dos Assuntos Sociais)

O senhor está a rir, mas isto é capaz de não ter graça nenhuma daqui a 10 anos.

O senhor vá aos centros de saúde de Angra, de Ponta Delgada ou da Praia da Vitória e verá que colegas médicos de clínica geral estão todos na casa dos 50 e poucos anos.

Ora, se não se tomar medidas agora, e às vezes é preciso tomar medidas drásticas, Sr. Secretário, e neste caso elas têm que ser tomadas, o senhor tem que influenciar a escolha dos colegas nossos, que se estão a formar, para a clínica geral.

Sr. Secretário, este é o único caminho, senão daqui a 10 anos, embora o Sócrates tenha dado um prazo de validade de mais 5 anos, não temos médicos de clínica geral e familiar.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, terminou o seu tempo.

O Orador: Termine já, Sr. Presidente.

Se até 2010 só temos 4 médicos de clínica geral, Sr. Secretário, é preciso tomar medidas senão o sistema, que começa a entrar em pré-falência, daqui a 10 anos está falido. O grave problema, Sr. Secretário, é garantir o futuro.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Blieiro (PSD): Prescindo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário dos Assuntos Sociais:

Eu inscrevi-me para participar neste debate, porque o meu colega de bancada, na sua intervenção, se referiu às unidades de saúde de ilha e sobre esta questão em 2002 houve aqui um debate em que intervieram os deputados de S. Jorge e do Pico, e queria relembrar uma pequena passagem do Deputado Hernâni Jorge e depois gostaria de saber o que é que se passa com a unidade de saúde de ilha do Pico, porque se está bem, por que não foi implementado na ilha de S. Jorge? Penso que não foi implementado porque está mal.

Mas o Sr. Deputado referia que “a unidade de saúde de ilha, que todos nós temos que defender, terá certamente mais médicos disponíveis, poderá ter mais valências para as ilhas como o Pico e São Jorge e trará, de certeza absoluta, não tenho a menor dúvida, melhores cuidados de saúde para esta ilhas.” Essa é a minha preocupação.

A então Secretária dessa altura disse uma frase que eu concordo e quero relembrar: “sermos verdadeiros em política é fundamental” e eu queria perguntar ao Sr. Secretário o que é que se passa, não que o PSD e eu, pessoalmente, sejamos contra a unidade de saúde de ilha, porque nunca fui contra a unidade de saúde de ilha. As dúvidas que eu tenho e mantenho é se a unidade de saúde de ilha, quer no Pico, quer neste caso concreto em S. Jorge, é que é o remédio para o mal da saúde na ilha de S.

Jorge, para que a marcação de análises ou de consultas não demore o tempo que demora.

Não estou a fazer uma crítica, não estou a acusar ninguém, estou, digamos, a partilhar uma preocupação e gostava de saber se a unidade de saúde ilha, neste caso em S. Jorge, vai funcionar, porque o Sr. Secretário, que então fez uma visita à Ilha do Pico, logo após a tomada de posse, disse que talvez ia rever essa regulamentação. Não importa aqui tratar este problema do ponto de vista político, mas do ponto de vista prático, ou seja, eu, eleito nesta casa, como todos os outros que aqui estão, principalmente os de São Jorge, queremos saber, sobre a saúde de São Jorge, se a unidade de saúde de ilha vai funcionar ou não, se continua a achar que esse é o remédio para o mal da saúde em S. Jorge.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

Deputado Rogério Veiros (PS): Prescindo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Prescindo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Prescindo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Avelar.

(*) **Deputado Manuel Avelar (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Luís Henrique:

Gostei de ouvir a sua intervenção e achei-a muito interessante.

Queria congratular-me com a decisão deste Governo de fazer um novo centro de saúde da Graciosa. É uma obra que leva o seu tempo a fazer, como muito bem sabe. Deve ser devidamente planificada.

Em breve será nomeado o grupo de trabalho para estudar tudo o que é relacionado com o novo centro de saúde e, portanto, nos próximos anos vamos ter um novo centro de saúde, que é extremamente importante.

Mas, antes que isso aconteça, e o senhor sabe muito bem e até se congratulou com isso, foram feitas obras no actual centro de saúde que são muito importantes. Levaram algum tempo a serem feitas, devido aos processos dos concursos, mas

quero relembrar que foram obras que tinham terminado e foram inauguradas em 1995, e portanto, 10 anos depois já estavam em péssimo estado. Algo correu mal naquelas obras, ou foram mal feitas ou mal fiscalizadas. Todos nós sabemos e o Sr. Deputado Luís Henrique também, até porque é funcionário do centro de saúde, que aquele edifício estava em péssimo estado.

Esperamos que agora fique muito melhor e que sejam devidamente fiscalizadas para durarem, pelos menos, mais anos.

Em relação aos médicos de família vamos ter um em breve e os graciosenses vão ficar melhor servidos e os médicos que lá estão terão uma sobrecarga muito menor. Todos os utentes têm direito a um médico de família.

Portanto, penso que a Graciosa ficará bem servida com a chegada à ilha do novo médico para o centro de saúde.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Henrique.

(* **Deputado Luís Henrique (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, agradeço as suas palavras e começaria pelo fim.

Meu amigo Avelar, ainda bem que chega mais um médico para a Graciosa e ainda bem que se vai construir um centro de saúde na Graciosa.

Quanto à conservação do edifício já não estamos bem de acordo, mas parece que também não é muito importante, o que interessa é que está a ser feito.

Quando as obras do centro de saúde da Graciosa foram feitas eu fui daqueles que disse que elas estavam mal feitas. Mesmo sendo da responsabilidade de quem foi, eu sempre disse que não concordava com algumas coisas e outros não os ouvi falar assim.

Portanto, sobre esta matéria estamos perfeitamente de acordo.

Deputado Jorge Macedo (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Sra. Deputada Fernanda Mendes, eu não falei aqui no aspecto da falta de enfermeiros, falei especificamente sobre os temas que eu tinha e no início da minha intervenção tive o cuidado de dizer que haviam aspectos que estavam mais descuidados e outros que estão bem e por isso foram elogiados.

A senhora diz que há mais enfermeiros. É verdade, mas no centro de saúde da Graciosa e noutros centros de saúde existe um enfermeiro 24 horas por dia para atender um serviço de urgência num piso e um serviço de internamento noutra piso. Foi isso que trouxe aqui.

Portanto, não há falta de enfermeiros na Região e não foi essa a minha temática. A minha temática foi perguntar se para o futuro se continua a pensar assim. Sobre o número de enfermeiros estamos inteiramente de acordo, estão a aumentar, excelente, mas que se melhore também com esse número a prestação de cuidados, porque aumentar o número de enfermeiros é óptimo, desde que esse aumento se veja na melhoria dos cuidados prestados às populações.

O Sr. Secretário iniciou a sua resposta com os números que são, de facto, excelentes e ainda bem que a mortalidade infantil baixou, mas a nossa mortalidade é tão baixa que basta morrer uma criança para disparar os números e nós sabemos isso, porque recentemente no caso da Graciosa apareceu uma percentagem disparatada e morreu só uma criança. Este número é muito bonito, mas eu não falei na mortalidade infantil, falei especificamente nalguns aspectos aos quais o Sr. Secretário não respondeu.

Quando o Sr. Secretário fez a sua intervenção aqui em Abril, aquando do Plano e Orçamento, o senhor falou, dizendo que era necessário intervir, nomeadamente nas contas. Pergunto o que é que foi feito?

Eu perguntei ao Sr. Secretário onde é que estava a Carta Hospitalar e o Sr. Secretário respondeu-me com os médicos especialistas que iam acabar a sua formação.

Quem disse que era urgente fazer a Carta Hospitalar foi a Comissão Eventual para o Estudo do Serviço Regional de Saúde. Essa Comissão foi encomendada pelos senhores e é essa Comissão que diz que há um défice de cidadania no que diz respeito às questões da saúde que ultrapassam o limite da razoabilidade. Isso está escrito no relatório e eu não estou aqui a inventar nada.

Por outro lado, eu falei foi nos programas devidamente organizados, porque o que existe são programas das consultas do médico de família e nisso eu estou de acordo consigo.

Também lhe perguntei quantos utentes do Serviço Regional de Saúde não tinham médico de família e é isso que me preocupa e não se uns têm rastreio. Eu acho que o rastreio tem que ser universal.

O que eu perguntei foi quais foram as medidas tomadas para estas áreas específicas.

Presidente: Agradecia que concluísse.

O Orador: Eu termino já, Sr. Presidente.

Para terminar devo dizer que também sei que é preciso autorização do doente, e o senhor sabe muito melhor do que eu, para se fazer análise ao HIV, mas eu falei foi na prevenção e não no tratamento dos doentes com HIV. Eu perguntei foi que medidas estão a ser tomadas, que planos existem e o Serviço Regional de Saúde não aponta essas soluções.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais. Dispõe de três minutos.

(* **Secretário Regional dos Assuntos Sociais** (*Domingos Cunha*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Artur Lima vai desculpar-me, mas eu vou responder em primeiro lugar ao Sr. Deputado Luís Henrique para lhe dizer o seguinte:

Carta Hospitalar, sim senhor. Foi anunciado por mim e faz parte do Programa do Governo que é uma das prioridades definir a Carta Hospitalar, porque só assim é que nós vamos saber quais os custos que nós temos efectivamente, onde é que eles estão distribuídos e do que é que precisamos para médio e longo prazo. Temos que pensar para o futuro e não podemos estar a equacionar situações para o presente ou para depois de amanhã. Isso não pode ser.

Tanto é assim que lhe posso dizer que ontem mesmo falei com o Professor Vasco Reis, da Escola Nacional de Saúde Pública, que é uma instituição credível em Portugal, com capacidade de elaborar este tipo de documento e que, invocando alguma dificuldade da própria escola, manifestou a disponibilidade de nos informar, tão rápido quanto possível, qual a outra instituição ou outros profissionais que possam estar disponíveis de momento para dar seguimento a todo o trabalho que nós

já fizemos e que remeteremos para eles analisarem e em colaboração connosco iniciar a definição da Carta Hospitalar.

Penso que lhe respondi a esta questão.

Quanto ao número de utentes, neste momento, sem médico de família, reportados ao final de Junho de 2004, são 80.645.

Relativamente à questão do Centro de Saúde da Graciosa dir-lhe-ei que o processo da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais está perfeitamente concluído e já está na Presidência do Governo para ser agendado em próximo Conselho de Governo a aprovação da resolução que irá criar o grupo de trabalho que irá escolher o local da implantação do novo Centro de Saúde da Graciosa.

Sr. Deputado Artur Lima, comungo consigo das suas preocupações. Indicou três situações que dificultam muito a questão dos médicos de família e a prestação de cuidados nos Centros de Saúde por escassez.

É evidente que há que gerir bem os recursos humanos que temos e também é evidente que há que redistribuir utentes.

Queria dizer ao Sr. Deputado, que sabe tão bem como eu, que existe uma ficha modelo nº 11, que cada médico de família deve preencher de três em três meses e entregar no sector de estatística para redebitar os dados para sabermos concretamente quantos utentes estão inscritos na lista, porque é preciso abater os que faleceram, os que se transferiram, os que se mudaram de médico, etc.

Este processo manual, como deve calcular, acrescido com o trabalho que é exigido ao médico de família fazer, sob o ponto de vista de prestação de cuidados, descara muitas vezes estes registos, trabalhar com papéis e fazer estes cálculos. Isto só será ultrapassado quando informatizarmos definitivamente o Serviço Regional de Saúde que a qualquer momento podemos resolver esta situação.

Por outro lado, há que cruzar os dados com a Segurança Social a partir do momento em que as pessoas morrem, deixam de ser beneficiárias e têm que ser abatidas das listas dos médicos.

É preciso urgentemente fazer uma repescagem de todas as listas e actualizá-las e isso passa por um trabalho rigoroso, nesta matéria, também pelo próprio médico, porque senão vamos ter situações em que uns têm 2.500 ou 3.000 utentes em que, se calhar,

uma grande parte é semi-activo e outros são inactivos, sobrecarregando determinadas listas que já não dão possibilidade de inscrever outros utentes nessas mesmas listas.

Nós estamos atentos a isso e vamos tentar ultrapassar esta questão.

Relativamente ao Sr. Deputado Mark Marques, quero dizer-lhe duas coisas:

O corpo do documento da Unidade de Saúde de Ilha de São Jorge está feito, o quadro de pessoal também está a ser ajustado, perspectivando o futuro.

Também já se pensa em reformular os quadros a nível nacional com outros profissionais de saúde que se podem integrar e nós, perspectivando essa possibilidade, vamos criar um quadro que não será para hoje ou para amanhã, mas para daqui a uns anos e que se mantenha actualizado.

Portanto, este é um documento que está na fase final de consolidação para ser aprovado em Decreto Regulamentar Regional, em Conselho do Governo, e por isso vai avançar. Traz vantagens? Traz.

Aliás, na ilha do Pico nós identificamos essas situações e em São Jorge, mesmo sem haver unidade de saúde, já há um entendimento entre os Centros de Saúde, com rentabilização de determinadas áreas que vão melhorar a prestação de cuidados e a própria gestão das unidades de saúde. Eu penso que é uma grande aposta.

Os dados estão lançados e a Unidade de Saúde da Ilha do Pico é um exemplo nesse sentido.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para continuar a informação que referi há bocado acerca do esforço na melhoria do número de médicos e os benefícios para os utentes, que passo a referir:

Eu disse que tínhamos aumentado o número de médicos de medicina familiar/clínica geral. Feitas as contas, os habitantes por médico de clínica geral nas ilhas de Santa Maria, S. Miguel, Terceira, Graciosa, S. Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo, de 1996 a 2003, diminuíram, e passo a ler:

“ - Santa Maria tinha 2961 habitantes por médico de família em 1996, e 1859 em 2003

- S. Miguel 2421 em 1996 e 2089 em 2003;

- Terceira 2785 em 1996 e 2326 em 2003;

- Graciosa 1730 em 1996 e 2390 em 2003”.

Em relação à Graciosa já chegou um médico o ano passado e está para chegar mais um. Portanto, já melhorou.

“- S. Jorge 1277 habitantes por médico em 1996 e 1075 em 2003;

- Pico 1689 em 1996 e 1346 em 2003;

- Faial 1243 em 1996, subindo para 1500 em 2003”, o que representa um número mínimo de utentes por médico de família.

“- Flores 1443 em 1996 e 1332 em 2003;

- Corvo 393 em 1996 e 425 em 2003”.

Se formos olhar por Concelho e por Centro de Saúde, é verdade que alguns Centros de Saúde ultrapassam os 2000, em dois, dos quais, existe um programa específico para acessibilidade.

Portanto, o que é preciso é continuar nesta senda para diminuir esses números e melhorar a acessibilidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais:

O Sr. Secretário falou, mas falta um pormenor importante que é agrupar as famílias por médico e gostaria de saber se o Sr. Secretário tem isso em mente? Isto facilitaria a gestão dos cuidados.

Como todos nós reconhecemos, e o senhor sabe isso melhor do que ninguém, a medicina geral e familiar é a base do sistema. Com esta taxa de renovação de 4 clínicos gerais em 5 anos - e eu não quero ser alarmista, mas o Sr. Secretário sabe a idade dos colegas de clínica geral - eu queria perguntar ao Sr. Secretário se acha ou não importante que se tomem medidas imediatas para afectação das vagas que são dadas à Região, com o tipo de incentivo que se possa vir a dar para condicionar e aumentar a escolha para a medicina geral e familiar?

Isto parece-me um passo fundamental e importantíssimo, se queremos garantir o futuro.

Não querendo ser alarmista, Sr. Secretário, daqui a uns anos o sistema está em falência técnica e hoje em dia temos um indicador nesse sentido, que é: em 10 anos, apesar de ela ter diminuído ligeiramente nos últimos 2 anos, as consultas de urgência nos Centros de Saúde aumentaram 140%. Isto é um indicador que nos deve preocupar.

Eram estes, Sr. Secretário, os esclarecimentos que lhe pedia.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Henrique.

(* **Deputado Luís Henrique (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais:

Eu considero que se alguém veio gerir a saúde com conhecimento dos problemas, o senhor é uma dessas pessoas. Eu considero que o Sr. Secretário é conhecedor dos problemas da saúde. Isso é um facto inegável.

Agora, sendo o senhor conhecedor desses problemas, julgo que outras medidas deviam ter sido tomadas para não termos, como disse o Sr. Deputado Artur Lima, a falência do sistema.

Eu gostaria de focar só dois aspectos que me parecem um bocadinho caricatos, que são os seguintes:

É ou não verdade que existem 40 mil euros numa conta bancária à espera de saber quem é que compra um mamógrafo, se é o Centro de Oncologia ou se é a Liga?

Deputado Paulo Gusmão (Indep.): Está a ganhar juros.

O Orador: Era bom que os juros dessem para resolver o problema.

E se as unidades de Ilha são ou não para alargar às outras ilhas ou se é só para a Ilha de S. Jorge, como o senhor disse ao Deputado Mark Marques?

Sra. Deputada Fernanda Mendes, a Graciosa vai ser uma ilha de excelência no que diz respeito a cuidados médicos. Estamos muito contentes, porque, felizmente, nós vamos ficar sem ninguém na lista de espera e isso para nós é motivo de orgulho.

Deputado Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Sociais** (*Domingos Cunha*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Artur Lima:

A questão do agrupar por famílias é indiscutível e por isso se chama medicina geral e familiar, mas gostaria de lembrar que quando o processo foi iniciado na Região, contrariamente àquilo que aconteceu a nível nacional, as orientações que foram dadas aos Centros de Saúde foram de que as inscrições eram individuais. Foram feitas inscrições individuais e depois, pela própria filosofia da especialidade se foi incentivando as pessoas a agregarem as suas famílias que estavam dispersas nos vários médicos e houve um período em que foi aberta essa possibilidade de troca. Houve muita gente que trocou, se agregou e se congregou no mesmo médico e houve outras pessoas que, por razões históricas e de empatia com o médico que tinham, não quiseram fazer isso e continuaram no médico onde estavam.

É evidente que o objectivo primordial é esse e é essa a filosofia de base dos cuidados na área da clínica geral e medicina familiar. Portanto a filosofia de base é agregar em família, seguir e acompanhar.

O influenciar a escolha em clínica geral, como eu já disse, é discutível, ...

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Não é!

O Orador: ... porque nós agora abrimos o número de vagas e temos um acordo com o Ministro da Saúde, que até agora tem contemplado os pedidos que nós fazemos. Disponibilizamos as vagas...

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Quantas?

O Orador: ... que querem ir para clínica geral e neste último concurso do último semestre só entraram dois, mas só entraram dois, porque não tiveram hipótese de entrar noutras e o grande problema é esse.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Há o interesse do utente acima de tudo.

O Orador: É evidente que, por um lado, tem que se alterar esta filosofia, mas tem que ser alterada sob o ponto de vista legislativo e sob o ponto de vista de incentivos e, por outro lado, a credibilidade desta especialidade médica em igualdade de

circunstância com as outras. Isto tem que ser feito e encarado com esta objectividade.

Quanto a influenciar, evidentemente que há mecanismos de tentar influenciar a escolha, mas não é fácil dizer: tu só vais para aqui, não podes ir para a outra, porque isso é coarctar a liberdade de escolha e de aptidão das próprias pessoas.

Por outro lado, levanta-se uma questão que tem a ver com as idoneidades formativas das unidades de saúde, particularmente os Centros de Saúde, na área da medicina geral e familiar, que é um problema que nós temos junto da Ordem dos Médicos para tentar que os serviços de saúde da Região, não só os centros de saúde, mas também os hospitais aumentem e alarguem a sua idoneidade formativa de maneira a que fiquem mais tempo cá a fazer a sua formação e, assim, poderá haver uma garantia de, terminada a formação, se fixarem nos Centros de Saúde.

Relativamente à questão do Sr. Deputado Luís Henrique Silva, dos 40 mil euros, não lhe posso dizer, porque não sei ao que é que se referia concretamente. Se me der mais algum dado complementar, poderei dar-lhe, se souber, mais alguma opinião.

Relativamente à Unidade de Saúde de Ilha, é evidente que vão avançar à medida que o processo for evoluindo. Na Graciosa é fácil, porque só há um centro de saúde. É uma situação perfeitamente possível de fazer e de implementar.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, o interesse fundamental e prevalente nessa questão é o interesse do utente, dos doentes. O Serviço Regional de Saúde existe, porque existem os utentes. Se os utentes não existissem, o Serviço Regional de Saúde não existia. Estamos entendidos nessa matéria.

Agora, condicionar escolhas implica, e temos que ser às vezes corajosos nessas medidas, que os senhores que querem usufruir dos benefícios da Região para bolsas formativas, têm que se sujeitar àquilo que a Região precisa. Não vamos agora aqui de uma forma ditatorial e de chicote na mão obrigar a irem para a clínica geral e

familiar, mas o senhor, a muito pouco curto prazo pode e deve, no interesse do utente, influenciar essa escolha a bem do Serviço Regional de Saúde. Se assim não for, e o Sr. Secretário sabe disso e eu sei que sabe, isto entra em falência. O senhor tem tudo na mão para o fazer.

Vão haver colegas que vão espernear, paciência. O que temos que garantir é a base do Sistema Regional de Saúde que é a medicina geral e familiar e isso tem que ser feito contra alguns interesses corporativistas. Sejam claros, Sr. Secretário. Há interesses corporativistas que nós não os podemos aceitar e temos que ser claros nessa matéria e de vez em quando temos que ir contra eles.

Portanto, isto é uma matéria de interesse regional que não há sequer que ter dúvidas de condicionar e influenciar a escolha.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais esclarecimentos, passamos às intervenções e dou a palavra ao Sr. Deputado João Bettencourt.

Deputado João Bettencourt (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Foi há cerca de 7 meses que iniciei o exercício das funções de Deputado Regional, eleito pelo círculo eleitoral da ilha do Faial.

Sendo um período ainda relativamente curto para tecer grandes análises políticas, permitam-me que expresse algumas considerações sobre as experiências vividas neste tempo.

Em primeiro lugar, realço a importância desta Assembleia Legislativa no contexto político e autónomo Regional. É motivo de orgulho pessoal o facto de exercer estas funções e contribuir para o desenvolvimento do arquipélago, particularmente da ilha do Faial.

Permitam-me, igualmente, que expresse a minha opinião sobre o papel da oposição neste contexto parlamentar. Nos 7 meses de actividade, assisti a algumas críticas apresentadas, aspecto próprio das Democracias, no entanto, julguei que as mesmas estivessem associadas a propostas concretas em prol do desenvolvimento Regional. Porém, enganei-me. Criticar apenas por criticar, utilizar demagogia para contrariar iniciativas governamentais, proclamar intervenções de teor predominantemente

“pessimista”... Estes são factos concretos da postura da oposição, a que tenho assistido constantemente nestes últimos meses.

Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*): *Muito bem!*

O Orador: Lamento este facto mas reitero a importância da crítica... Construtiva, obviamente, alicerce das democracias e impulsionadora do desenvolvimento e progresso dos Açores.

A capacidade de satisfazer necessidades populacionais é uma tarefa árdua, inerente à actividade governativa. O papel do Deputado fundamenta-se, também, em ouvir, aconselhar e transmitir aos órgãos próprios as pretensões das pessoas. Não deve ser canalizado para desanimar ou desmotivar, mas sim para transmitir confiança e esperança na resolução de quaisquer problemas existentes.

Os Governos do Partido Socialista têm transmitido essa confiança aos Açorianos. O discurso negativista está ultrapassado e os Açores estão, inquestionavelmente, melhores do que nos tempos dos Governos do Partido Social Democrata.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Pudera! Já se passaram 9 anos. É do tempo do início da autonomia também!

O Orador: Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No que diz respeito à ilha que represento, os tempos que se avizinham são de mudança. Após uma fase de profunda reconstrução e reconquista da motivação para muitas famílias, o Faial assiste ao início de importantes investimentos com vista a um maior desenvolvimento e progresso.

Entre todos os investimentos, destaca-se a construção da nova Escola Secundária da Horta, adjudicada pelo montante de 18,4 milhões de euros, com prazo de execução fixado em 30 meses e cuja 1ª pedra foi lançada no dia 12 de Setembro.

Há muito reivindicada pelos faialenses, a Nova Escola será um edifício moderno e funcional, capaz de assegurar um ensino de qualidade superior.

Com a conclusão, para breve, do novo edifício da Escola Profissional da Horta, o Faial assegurará condições tendentes à melhoria da qualidade da educação das crianças e jovens da ilha, com vista à sua integração plena na sociedade como cidadãos activos e empenhados.

A obra da Casa Grande, onde ficará instalada a Biblioteca Pública e Arquivo da Horta, num valor de 4 milhões de euros e com prazo de execução de 30 meses é outro investimento estruturante, também, a decorrer e, há muito desejado, pelos faialenses.

No âmbito dos investimentos da responsabilidade da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, destacam-se os seguintes:

- Empreitada de reabilitação das E.R. nº1 – 1ª, troço Lombega/Trupes, incluindo o Ramal do Varadouro e o troço Espalhafatos/Trupes (numa extensão de 25 Km e em fase de conclusão);

- Empreitada de reabilitação da E.R. nº1 – 2ª, troço Espalamaca/Largo Jaime Melo e E.R. nº2 – 2ª, troço Santa Bárbara/Largo Jaime Melo/Caldeira (numa extensão de 20 Km);

- Empreitada de execução da Variante à E.R. nº1 – 1ª, troço Feteira/Canadinhas/Santa Bárbara – Freguesia das Angústias (numa extensão de 2,5 Km);

- Empreitada de construção de 30 fogos a custos controlados no Bairro Moreira de Carvalho, freguesia da Matriz;

- Empreitada de construção de 8 moradias destinadas ao realojamento de agregados familiares carenciados – a serem construídas 4 moradias no Loteamento das Angústias e 4 moradias no Loteamento da Rua Padre Manuel Madruga, freguesia da Feteira.

Ainda no âmbito deste organismo, estão previstos até final da presente Legislatura as seguintes obras:

- Empreitada de reabilitação das restantes E.R. interiores da ilha do Faial, completando-se, assim, a intervenção na totalidade da rede viária (num total de 36 Km);

- Empreitada de construção de 54 fogos, a custos controlados, na Urbanização da Rua Ilha de São Luís, freguesia das Angústias.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No mês de Agosto do corrente ano, a Rede Regional de Ecotecas foi alargada à ilha do Faial, com a abertura, no Castelo de São Sebastião, da ecoteca faialense, investimento, esse, na ordem dos 25 mil euros. Estes espaços didácticos e pedagógicos, abertos a toda a população, têm vindo a ser criados desde 1999, por iniciativa do Governo Regional em colaboração com autarquias e Organizações Não Governamentais do Ambiente. Este é mais um investimento feito no Faial, promovido pela Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, cujas obras englobam, ainda:

- A construção de um Aquário Virtual nas instalações da Antiga Fábrica da Baleia;
- A construção de um Centro de Visitantes no Jardim Botânico do Faial;
- A consolidação do Farol dos Capelinhos – obra já realizada;
- A requalificação da Antiga Casa dos Dabney, adaptando-a a restaurante/bar;
- A construção do Centro Cultural e de Visitantes em Porto Pim;
- A requalificação do interior do Farol dos Capelinhos, com a instalação de um Centro de Interpretação e, posteriormente, a criação de infra-estruturas de apoio.

Este último investimento, num montante de cerca de 2,5 milhões de euros, vai permitir aos visitantes a compreensão de todas as fases da vida do imóvel e da erupção vulcânica registada na zona em 1957/58. O Farol manterá o seu traço original, passando a funcionar como um miradouro privilegiado sobre toda a zona envolvente.

Saliento, no âmbito da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, a adjudicação da 2ª fase da empreitada de execução do Sistema Integrado de Abastecimento de água ao Perímetro de Ordenamento Agrário da Feteira/Castelo Branco, que servirá a lavoura da ilha do Faial. Esta 2ª fase compreende a construção de uma estação de tratamento de água e da conduta principal de distribuição, que irá alimentar depois as condutas terciárias, que serão objecto de uma nova empreitada.

Este investimento, que em breve conhecerá uma 3ª fase, cujo projecto já está elaborado, será um forte estímulo à lavoura para que possa produzir mais e melhor.

Outra obra a relevar é a instalação da “Casa Manuel Arriaga” no Faial, recuperando, assim, a casa onde o 1º Presidente da República nasceu, aspecto que virá enriquecer a vida social e cultural faialense.

Estas são iniciativas estruturantes e fundamentais para o desenvolvimento da ilha. São reais e a maioria já em curso. Como Deputado Regional não posso deixar de manifestar a minha congratulação pelas mesmas.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Os discursos miserabilistas, proferidos constantemente pela oposição, não servem o Faial. O Faial não parou no tempo, como alguns afirmam repetidamente. O Faial esteve em reconstrução. A ilha do Faial assiste, actualmente, a uma fase de grandes investimentos que a impulsionarão para um maior desenvolvimento e progresso.

Há que assegurar e reivindicar por outros investimentos estruturantes para a ilha, salientando o Reordenamento do Porto da Horta, a construção do Campo de Golfe e a ampliação da Pista do Aeroporto da Horta.

Neste sentido, deixo aqui uma palavra de confiança ao executivo, estando certo que estas importantes obras serão, em breve, uma realidade para o Faial.

Finalizo, reafirmando o meu empenho, dedicação e inconformismo em prol do desenvolvimento desta ilha.

Disse.

Deputado Nuno Amaral (PS): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira para esclarecimentos.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado João Bettencourt:

Abstraindo-me da fértil adjectivação que procurou fazer da oposição, devo dizer que não vamos por aí.

Queria apenas referir três aspectos fundamentais acerca de sua intervenção.

Em primeiro lugar, relativamente às obras que elencou para o Faial, elas são praticamente a lista do comunicado do Secretariado de Ilha do Partido Socialista e é a lista das obras em curso, a lista das obras prometidas e a lista das obras virtuais que

vão sendo repetidas até à exaustão para nós ficarmos convencidos que elas vão ser feitas.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: O Sr. Deputado está a fazer o seu papel, respeito esse papel que faz, mas não se esqueça daquilo que está a dizer, porque fica escrito e nós fazemos as contas no final do mandato, como fizemos do mandato passado e nessa altura é que veremos se o Governo cumpriu na íntegra aquilo que propôs aos faialenses.

Nessa altura é que eu quero ver, e nós, os faialenses, vamos ver, a sua capacidade de propositura, a sua capacidade de influenciar as decisões do Governo, a sua capacidade de exigir que o Governo cumpra no Faial tudo o que prometeu e então nessa altura, e só nessa altura, vamos, com toda a liberdade e com toda a frontalidade fazer as contas e ver quem é que falou verdade aos faialenses. Mas já lhe deixo uma nota: é que está tão satisfeito, tão satisfeito que até se esqueceu, numa intervenção desta natureza, de fazer referência ao problema do Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores.

O senhor está satisfeito que no actual PIDDAC estejam apenas 50 mil euros, quando existiam cerca de 2,5 milhões de euros? Está satisfeito que o Governo da República tenha feito isso agora? Não o ouvi falar sobre o assunto, como também não ouvi a Câmara Municipal da Horta, nem o Governo dizer uma só palavra acerca disto.

A diferença que nos separa é esta: é que nós, aquilo que temos para dizer, qualquer que seja o Governo, qualquer que seja a circunstância, dizêmo-lo, tanto para o bem como para o mal.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Bettencourt.

(*) **Deputado João Bettencourt (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Costa Pereira:

Vou começar pela parte final da sua intervenção.

No que diz respeito ao DOP o que lhe tenho a dizer, e julgo que é do conhecimento da generalidade dos faialenses, é que o problema do DOP está assegurado pelo Governo Regional dos Açores. Julgo que está dependente única e exclusivamente da Universidade dos Açores, ou seja, independentemente das verbas que estejam asseguradas pelo PIDDAC, o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores já

garantiu que o Governo Regional irá apoiar com as restantes verbas necessárias para o investimento funcionar em 2006.

No que diz respeito às restantes afirmações, como disse, no final depois fazemos contas, mas repito aqui aquilo que afirmei: “Tenho confiança neste executivo e muitas das obras que estão a ser agora iniciadas, já resultam de anos de governos do PSD, como muito bem sabe, e que são concretizadas pelo Governo do Partido Socialista.”

Por isso, como faialense, tenho que mostrar a minha congratulação por estas iniciativas e afirmar neste plenário, uma vez mais, a minha confiança neste executivo, para que as restantes obras que o Faial reivindica possam ser concretizadas brevemente.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado João Bettencourt.

Eu e os faialenses, na presença do Sr. Presidente do Governo, gostávamos muito de saber se é verdade, se confirma aquilo que disse, ou seja, que o Governo Regional dos Açores irá financiar a Universidade dos Açores naquilo que falta para construir as novas instalações do Departamento de Oceanografia e Pescas? Por outras palavras, eu gostava que o senhor me confirmasse, porque citou que isso era compromisso do Sr. Presidente do Governo, se o Governo Regional dos Açores vai financiar a Universidade dos Açores em mais de 2 milhões de euros para concretizar as obras do Departamento de Oceanografia e Pescas.

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Não foi isso que foi dito!

O Orador: Foi isso que foi dito. O que foi dito, e repito, foi que o Governo Regional dos Açores iria financiar, em conjunto com a Universidade, o resto das verbas necessárias para aquelas instalações.

O que eu quero saber é se o Governo Regional, porque a Universidade dos Açores, sabemos que não *nada* em dinheiro,...

Deputada Maria José Duarte (PSD): Há superavit. Há dinheiro para isso.

O Orador: ... vai financiar essa verba para o Departamento de Oceanografia e Pescas e já agora, porque estamos nesta onda do Governo Regional financiar aquilo que o Governo da República se subtrai a fazer, também saber se o Governo Regional, nesta legislatura, vai financiar o que falta para ampliação da pista do aeroporto, porque também foi uma promessa eleitoral do Sr. Presidente do Governo. Portanto, gostava que o Sr. Deputado nos informasse sobre isso, já que o Sr. Presidente do Governo, regimentalmente, está impedido de o fazer.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Bettencourt.

(*) Deputado João Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Costa Pereira:

Não foi isso que eu disse, o que eu afirmei foi que o Governo Regional iria apoiar o suficiente para dar início ao arranque da obra, ou seja, as verbas necessárias para 2006.

No que diz respeito às restantes verbas, o Sr. Deputado sabe muito bem que cerca de 70 a 75% são cofinanciadas com apoios comunitários e as restantes verbas são apoiadas pelo Governo da República.

Nesta fase de arranque, tendo em conta as verbas incluídas no PIDDAC não serem suficientes para se dar início às obras, o Governo Regional propõe dar esse auxílio.

No que diz respeito a um comentário que ouvi de um colega Sr. Deputado relativamente ao tom de voz, isso não interessa para nada, o que interessa é o conteúdo daquilo que se diz.

Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado João Bettencourt:

Vejo que o senhor já apanhou o tique do “arranque inicial” das obras, depois vem o “arranque definitivo” e depois as obras param. A questão do arranque inicial ou do arranque definitivo das obras, não colhe aqui.

Quando eu falei em cerca de 2 milhões de euros, era a verba total que estava inscrita em PIDDAC para a obra das novas instalações do Departamento de Oceanografia e Pescas, mas para 2006, que é o que está em causa, a verba inscrita rondava 1,3

milhões de euros e essa verba era a verba que se destinava a pôr a obra a concurso e iniciar a obra e, portanto, isto significa que 1,3 milhões de euros, que era o que estava inscrito em PIDDAC, ficaram reduzidos a 50 mil euros e eu reformulo a pergunta: o senhor garante que o Governo Regional cobre a diferença de forma a que em 2006 a Universidade dos Açores possa arrancar com a obra do Departamento de Oceanografia e Pescas e que essa verba sirva para esse efeito? O senhor garante isso?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Bettencourt.

(*) **Deputado João Bettencourt (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu sou apenas Deputado, mas repito uma vez mais aquilo que disse há pouco: “o Governo Regional apoia o arranque das obras”. O senhor sabe que o projecto está em fase de conclusão e o Governo Regional apoiará com as verbas necessárias o arranque da obra.

No que diz respeito à minha intervenção, lamento o facto do Sr. Deputado não ter tido a humildade para comentar os restantes investimentos que eu mencionei.

Lamento mais uma vez a questão do discurso negativista e a postura da oposição.

Quando há necessidade de tecer alguns comentários positivos e elogiar determinados investimentos e iniciativas deste Governo Regional, eu tenho pena que V. Exa. não tenha essa humildade para proferir essas palavras.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Quanto à questão de humildade, havemos de ir conversando sobre isso, vamos ir vendo se os compromissos que o senhor aqui assumiu em nome do Governo vão ser cumpridos ou não e com toda a calma e com toda a transparência havemos de ir conversando sobre esses assuntos e iremos ver quem é que, em cada momento, vai fazendo os juízos que são mais correctos.

Quanto à questão das outras obras, das obras que o senhor quer discutir, essas obras o Partido Socialista e o senhor já as referiram. Se o senhor quer que eu seja o seu eco, está enganado, porque não o serei.

Naturalmente as obras que estão em curso são aquelas que o Governo Regional está a fazer, cumprindo aquilo que prometeu aos faialenses com oito e mais anos de atraso e, portanto, não faz mais do que a sua obrigação, porque um governo, qualquer que seja, de qualquer partido, deve ser uma pessoa de bem.

Quando o Governo se apresentou aos eleitores, já em dois actos eleitorais sucessivos, a prometer aquilo que prometeu e só agora está a cumprir, pois bem, “mais vale tarde do que nunca”, mas está a fazê-lo com atraso e por isso foi penalizado aqui no Faial nas últimas eleições regionais.

Se o Governo está a fazer agora, está a cumprir com a sua obrigação, está a cumprir com aquilo que devia ter feito desde a primeira hora, que era ser sempre, em todo o momento e em todas as alturas, uma pessoa de bem.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Bettencourt.

Deputado João Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Costa Pereira, eu não quis de forma alguma ofendê-lo nem dar-lhe lições de como ser humilde ou deixar de o ser, eu apenas lamentei o facto de não ter ouvido, o que agora ouvi, o senhor referir, ou pelo menos mostrou, que estava satisfeito com as obras que estão agora em curso.

Relativamente à questão dos prazos, julgo que na minha primeira intervenção justifiquei de alguma forma o facto do Faial ter tido uma fase de reconstrução e que agora, sim, está na face de novos investimentos de grande importância para a ilha.

Deputado Paulo Gusmão (Indep.): Esqueça isso!

O Orador: Gostaria só de voltar um pouco atrás, relativamente ao DOP, só para esclarecer que, no que diz respeito à comparticipação do Governo, o Governo Regional comparticipa aquilo que era da responsabilidade da comparticipação nacional, ou seja, o valor de 30%. Como sabe as verbas dos fundos comunitários ...

Deputado António Marinho (PSD): Não havia fundos comunitários. Era só PIDDAC!

O Orador: ... são de 70 a 75% e o Governo Regional dos Açores disponibiliza-se a apoiar esta fase inicial para arranque das obras, na ordem do 30% da verba inscrita para 2006.

Muito obrigado.

Presidente: Dou agora a palavra, para uma intervenção, à Sra. Deputada Ana Isabel Moniz.

Deputada Ana Isabel Moniz (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

O Governo da República decidiu comemorar, este ano, o Dia Mundial do Turismo nos Açores.

De acordo com as declarações de Bernardo Trindade, Secretário de Estado do sector, que se deslocou a S. Miguel para as celebrações oficiais, a Região foi o sub-destino nacional que mais cresceu nos últimos sete anos, em termos relativos, no que toca à oferta de alojamento na hotelaria, número de dormidas e proveitos totais. Esta foi, assim, uma forma de premiar os esforços dos Açores no sentido de desenvolver um turismo de qualidade, onde, nas palavras desse governante, o crescimento tem sido aliado à manutenção de qualidades naturais e genuinidade cultural, que se dá como exemplo a seguir pelo todo nacional.

Para um destino turístico emergente e de pequena dimensão, como é o caso dos Açores, este é um importante reconhecimento dos esforços que têm sido encetados para promover a sustentabilidade do sector, em termos ambientais, económicos e sócio-culturais.

A efeméride, que se assinalou a 27 de Setembro, deu lugar à realização de um fórum sob o tema “Turismo: Prioridade para Portugal”, que contou com a participação de Mário Assis Ferreira, Administrador do Estoril-Sol. Neste evento estiveram presentes vários colaboradores do Instituto de Turismo de Portugal e delegados do ICEP, que se deslocaram aos Açores para melhor conhecerem a região e, deste modo, continuarem a contribuir para o aumento da sua notoriedade no estrangeiro e para a captação de investimento externo.

Na cerimónia de encerramento das comemorações nacionais, que se realizou no Teatro Micaelense, foram atribuídas onze medalhas de Mérito Turístico, tendo a Associação de Turismo dos Açores sido galardoada com a Medalha de Prata pelo contributo prestado para a projecção da imagem de Portugal.

A política de promoção turística desenvolvida por este Governo Regional, em actuação concertada com as associações empresariais e as empresas envolvidas no sector, já aqui tem merecido, por diversas vezes, uma referência especial e esta é mais uma prova da eficácia da sua implementação.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Estamos a terminar mais um ano com resultados muito positivos para o sector do turismo na Região.

De acordo com as estatísticas oficiais, no período de Janeiro a Agosto de 2005 registaram-se 807.400 dormidas na hotelaria da Região, o que corresponde a um aumento de 19,6% relativamente a igual período de 2004. Trata-se de um comportamento notável no contexto nacional, onde a taxa média de crescimento foi de 4,3%.

Os residentes em Portugal representaram 43,5% das dormidas e os residentes no estrangeiro 56,5%, tendo o mercado nórdico concentrado mais de 60% do total destas dormidas, o que corresponde a uma variação homóloga acumulada de 68,6%.

Nestes 8 meses, os proveitos totais na hotelaria da Região cresceram 17,3% em relação a idêntico período de 2004 e os proveitos de aposento, 18,6%. Note-se que, a nível nacional, estes dois indicadores revelaram um comportamento negativo, com decréscimos de menos 2,6% e menos 3,8% respectivamente.

Analisando apenas o mês de Agosto, nos Açores verificou-se um acréscimo de 12,3% nas dormidas na hotelaria, relativamente ao mês homólogo, tendo esta taxa de crescimento sido apenas ultrapassada pela região Norte, com uma variação de 13,3%. Refira-se que a variação homóloga nacional foi de 7,1%. Na Região, registou-se o maior número de dormidas mensais de sempre: 177.300 dormidas. A taxa de ocupação-cama foi de 67,4%, enquanto a média nacional foi de 63,2%.

No período em causa, a estada média na Região foi de 3,5 noites, ocupando o segundo lugar no ranking do país, atrás do Algarve e da Região Autónoma da Madeira, ambos com 6,2 noites, seguindo-se Lisboa, com 2,5 noites.

Quanto aos proveitos totais e de aposento, os Açores também mereceram o segundo lugar a nível do país, com um crescimento homólogo de 6,9% para ambas as

variáveis, tendo, estas, apresentado acréscimos homólogos de 3,9% e 6,0%, respectivamente, ao nível nacional.

Relativamente à oferta de alojamento na hotelaria, no final de 2004 a Região tinha capacidade para acolher 7.486 hóspedes, em 78 estabelecimentos hoteleiros; em Junho deste ano, com a inauguração de mais 5 estabelecimentos, a capacidade de alojamento passou para 8.438, ou seja, mais 952 camas e durante o Verão já se ultrapassou largamente a fasquia das 8.500 camas.

O emprego na hotelaria já atinge os 2.000 postos de trabalho.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

O investimento no sector do turismo continua a crescer.

A assinatura de mais quatro contratos com o Instituto de Turismo de Portugal, no final do passado mês de Setembro, atesta o clima de confiança que demonstra a economia regional neste domínio.

No âmbito destes contratos, será construído um terceiro campo de golfe em S. Miguel – que está integrado num projecto turístico mais vasto, que inclui, nomeadamente, a construção de um hotel com 107 quartos, no concelho da Ribeira Grande –, bem como serão construídos novos portos de recreio e será ampliada a marina de Ponta Delgada, através das administrações dos portos das respectivas ilhas, envolvendo estes quatro projectos um montante total de incentivos de 13 milhões de euros.

Também em Setembro, o Governo Regional declarou a utilidade pública para a expropriação dos terrenos necessários à construção do Hotel – Casino Príncipe do Mónaco, na Calheta em Ponta Delgada, ansiosamente aguardada pela empresa concessionária da exploração dos jogos de fortuna e azar para avançar para a fase de construção do empreendimento.

Quanto à alienação das participações da Região no capital social da Verdegolfe, apareceram duas propostas ao concurso, tendo a comissão de análise decidido aceitar apenas uma delas, pelo que já se aproxima a conclusão do procedimento para a respectiva alienação.

Na Terceira, igualmente no mês de Setembro, foi anunciado o arranque da obra do Angra Marina Hotel, na encosta do Cantagalo, que irá disponibilizar mais 240 camas. Foi ainda lançada a primeira pedra do Hotel Atlantis, uma unidade hoteleira com 118 quartos, localizada na Serretinha, igualmente no concelho de Angra do Heroísmo, que irá oferecer alojamento de luxo e uma oferta integrada de actividades de lazer e desportivas numa envolvente marcada pela singularidade da paisagem natural. Este empreendimento, cuja inauguração está prevista para o ano de 2006, a par de outros já em curso, fará com que esta ilha atinja uma capacidade de alojamento turístico próxima das 2.000 camas.

Todos estes investimentos dão boa conta do dinamismo que tem havido neste sector e do sucesso da aplicação dos sistemas de incentivos, para além de virem a acrescer a oferta com equipamentos turísticos de qualidade superior, atendendo à sua classificação, o que permite a configuração de novos produtos turísticos mais competitivos ao nível do destino turístico Açores.

Já em Outubro, a Administração dos Portos de São Miguel e Santa Maria lançou a concurso a construção do terminal marítimo de cruzeiros de Ponta Delgada com a designação oficial de “Portas do Mar”. Trata-se de outra infra-estrutura básica para a atracção deste tipo de navios e para satisfazer as necessidades dos seus passageiros e tripulações que, para além de valorizar o centro histórico da cidade e ampliar a sua vocação marítima, vai permitir a dinamização de um tipo de turismo que pode trazer benefícios significativos para a Região.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

A evolução ocorrida no sub-sector do alojamento turístico nos Açores não se deve exclusivamente ao aumento e requalificação da oferta na hotelaria tradicional.

Foi disso que nos deu conta a III Bienal de Turismo Rural Atlântico, que decorreu em S. Jorge, no final do passado mês de Setembro, organizada pela Associação “Casas Açorianas” em parceria com a Associação de Turismo dos Açores e a Secretaria Regional da Economia. Tratou-se de uma importante oportunidade para reflectir e debater os principais problemas e desafios que se colocam aos promotores destas actividades e serviços que se desenvolvem em zonas rurais e a todas as

entidades envolvidas de algum modo na sua regulamentação, financiamento, licenciamento e promoção.

Efectivamente, entre 2002 e 2005, a oferta de alojamento turístico no espaço rural mais do que duplicou, passando para 592 camas em todo o arquipélago. Os 50 novos projectos, entretanto apoiados no âmbito do SIDET – Sistema de Incentivos ao Desenvolvimento do Turismo, envolveram um investimento global de cerca de 13 milhões de euros e acresceram a oferta em 361 camas, empregando 78 efectivos. São números só por si expressivos, principalmente se aludirmos ao facto destas unidades se localizarem fora dos grandes centros urbanos e integrarem, na maioria dos casos, a prestação de actividades e serviços complementares de animação e diversão turística, oferecendo um produto turístico completo e diversificado nessas localidades.

Para além do turismo no espaço rural visar a preservação, recuperação e valorização do património arquitectónico, histórico, natural e paisagístico das respectivas regiões, desenvolve-se em complementaridade às actividades económicas mais tradicionais, nomeadamente a agricultura, a pecuária e as pescas. Por envolver unidades de pequena dimensão, adapta-se melhor à exploração de natureza familiar e permite uma maior participação feminina, devido à natureza das tarefas a desempenhar. Por compreender actividades que visam a divulgação das características e tradições regionais – designadamente o seu património, os itinerários temáticos, o folclore, etc. – é uma modalidade de turismo que contribuiu para o envolvimento das comunidades locais, para a melhoria e a protecção do ambiente natural e para a preservação da identidade cultural. Permite criar emprego e riqueza e fixar populações em zonas rurais e em ilhas de menor dimensão, onde se afigura menos rentável a exploração de empreendimentos de maior capacidade.

A este propósito se releva a recente criação do Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico e a reformulação dos sistemas de incentivos regionais, que prevê a majoração dos apoios ao investimento privado em determinados sectores desde que se localizem em ilhas como Corvo, Flores, Graciosa, São Jorge e Santa Maria. Trata-se de dois instrumentos ambiciosos de intervenção pública que pretendem, de uma forma pioneira, reforçar e aprofundar a

coesão económica, social e territorial do arquipélago, dando assim cumprimento aos objectivos do Programa do IX Governo e às metas estabelecidas nos documentos orientadores da sua actuação.

O Governo Regional já anunciou, em intervenção proferida na última reunião plenária desta Assembleia, que vai criar uma empresa pública, no âmbito do Fundo Regional de Coesão, para desenvolver o turismo nas ilhas de menor dimensão. Surge, assim, através dessa empresa, a possibilidade de se dotarem essas ilhas de unidades de alojamento e de outros equipamentos turísticos, que doutra forma tardariam em aparecer, mas com a novidade de se admitir a entrada de parceiros privados no capital e respectiva gestão.

Esta foi a melhor forma que o Governo Regional encontrou para dar resposta aos anseios da população dessas ilhas, desafiando os obstáculos estruturais da insularidade, do isolamento e afastamento das ilhas, da periferia dentro do arquipélago. Resta esperar da outra parte um espírito empreendedor e uma forte capacidade de inovação que sejam capazes de aproveitar estas novas políticas de ajustamento e de proximidade, que visam, em última instância, combater a pobreza, a falta de oportunidades de emprego e as desigualdades sociais que a descontinuidade territorial teima em deixar prevalecer.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

O turismo não se faz sem transportes.

O recente anúncio da renovação da frota da SATA Air Açores e a reforma do sistema de tarifário para as ilhas fora das *gateways*, a par dos esforços no sentido de melhorar as aerogares são importantes pretensões do Governo Regional para continuar a pôr em prática uma política de transportes aéreos de apoio ao desenvolvimento do turismo em todas as ilhas.

Não menos importante é o lançamento do concurso para a aquisição de quatro novos navios que entrarão em funcionamento em 2008 e que vêm melhorar substancialmente as ligações marítimas no arquipélago. É uma mais-valia para os Açores que irá prolongar o sucesso das operações de transporte de passageiros inter-ilhas iniciada pelos governos regionais da responsabilidade do Partido Socialista.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

Umhas breves palavras finais para realçar uma novidade que muito interessa aos profissionais do sector e seus representantes e à comunidade académica e científica, em particular.

De acordo com um diploma recentemente publicado – Resolução nº 147/2005, de 22 de Setembro –, estão criadas as condições necessárias para a constituição da associação denominada “Observatório Regional do Turismo”, que pretende ser uma parceria entre o Governo Regional, a Associação de Turismo dos Açores e a Universidade dos Açores.

Este organismo terá por finalidade o estudo, análise, acompanhamento e divulgação da evolução da actividade turística, de forma regular, independente e responsável. Já estão, assim, dados os principais passos para a concretização de mais uma importante medida do Programa do IX Governo Regional.

Não basta reconhecer que o turismo é um sector fundamental para o desenvolvimento da Região: é preciso conhecer detalhadamente a sua estrutura e a sua evolução. A informação estatística existente pode ser considerada satisfatória do ponto de vista da qualidade. No entanto, existem lacunas ou insuficiências a vários níveis que importa debelar.

Tanto para o Estado, como para as empresas e associações empresariais que as representam, passando pelas instituições de ensino superior e de investigação científica e demais escolas de formação profissional, para além dos órgãos de comunicação social, só perante a existência de uma adequada informação estatística é possível viabilizar a elaboração de diagnósticos sectoriais e sub sectoriais que sustentam a definição de medidas de política e a avaliação do respectivo impacte, bem como a gestão corrente dos negócios das empresas, quer sejam elas de capitais públicos, privados ou mistos.

Espera-se que o modelo de parceira tripartida escolhido para a composição desta nova associação permita, acima de tudo, um fórum de debate permanente entre os diversos intervenientes no sector e contribua para um melhor conhecimento da realidade do turismo, fornecendo instrumentos de avaliação específicos que possam

auxiliar as empresas e os responsáveis institucionais no processo de tomada de decisão.

Tenho dito!

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

(*) **Deputada Carla Bretão** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada Ana Isabel Moniz por diversas vezes nos traz um relatório da actividade turística nos Açores.

Eu apenas gostaria de fazer uma recomendação que acho essencial.

Os Açores são constituídos por nove ilhas, existindo uma política de promoção turística comum.

A Sra. faz uma análise dos dados globais, o que não poderá ser e falando no caso específico da Terceira essa política de promoção turística não é assim tão eficaz quanto isso. Essa situação poderá ver-se, não só pelas queixas constantes dos empresários do turismo na ilha Terceira, como também pelos dados das taxas de ocupação médias anuais que são inferiores a 30%, sendo superadas apenas no mês de Agosto.

Ora, assim sendo, em penso que não é a forma mais séria de fazer uma análise global dos dados dos Açores, porque temos 9 ilhas, temos características diferentes em cada ilha e dessa forma chegamos à conclusão que tudo parece um mar de rosas e não é.

A Terceira neste momento teve um aumento considerável do número de camas, mas os empresários queixam-se e por alguma razão.

Para além disso, a senhora também referiu que o turismo não se faz sem transportes. É verdade e se repararmos a Terceira neste Verão teve uma diminuição acentuada do desembarque, ou seja, do trânsito de passageiros via aérea.

Por tudo isto, aconselho-a a que realmente faça uma análise específica por ilha e não dos dados globais, porque penso que não será a forma mais correcta de analisar a eficácia dessa política de promoção turística que penso que está a ir só num sentido.

Nós quando falamos em política de promoção turística ou da realidade da eficácia dessa política de promoção turística, estamos a falar apenas da ilha de S. Miguel.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Isabel Moniz.

(*) **Deputada Ana Isabel Moniz (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Carla Bretão:

Relativamente à senhora vir novamente fazer a sua crítica de que eu venho para aqui fazer o relatório da obra feita, o que eu lhe tenho a dizer é que passados cerca de 6 meses da aprovação do Programa do Governo, das Orientações de Médio Prazo e do Plano para 2005, é evidente o bom ritmo de implementação das medidas que estão neles previstas na área do turismo. Talvez seja difícil ouvir isso e não sei por que é que faz esse comentário.

Eu penso que o reconhecimento da obra feita deve ser motivo de orgulho por parte de todos os açorianos, que são, em última instância, os beneficiários da execução desta medidas, destes projectos e destas acções.

Portanto, para relatar a obra feita é preciso, em primeiro lugar, estar atento, que é aquilo que provavelmente não tem tido oportunidade de fazer, à realidade e à mudança que se estão a operar à nossa volta, porque a mudança é constante.

Infelizmente alguns, uma minoria, teimam em negar o que está a acontecer, mas penso que temos que exaltar aquilo que está a ser feito de acordo com o que estava previsto.

Passando às críticas que nos fez relativamente à abordagem do turismo na Região, penso que nós nunca podemos fazer aqui, como deputados que somos eleitos pela Região e não por nenhuma ilha em particular, abordagens de ilha.

A Sra. Deputada está a fazer o seu papel, porque reside na ilha Terceira e quer ficar bem vista junto da população da sua ilha.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não foi isso. Não seja mazinha!

A Orador: Nós não vimos para aqui fazer abordagens ao nível de ilha. Estamos a falar da marca “Açores”.

Caso não saiba, como já tive oportunidade de referir aqui em intervenções anteriores, a política promocional da Região é feita para todas as nove ilhas, ou seja, nós promovemos os Açores através da chamada marca “Açores”.

Talvez não esteja atenta às iniciativas da Associação de Turismo dos Açores que também se têm realizado na Terceira e que ainda a alguns meses, como eu também disse aqui, foi feita uma iniciativa para promover acções de animação turística na Ilha Terceira, à qual estiveram presentes todos os empresários.

Portanto, acho que não devemos estar a particularizar questões de promoção ilha a ilha, mas fazer a promoção do conjunto da Região, articulando uma política de transportes de acordo com essa promoção em que o Governo Regional disponibiliza um conjunto de incentivos que estão à disponibilidade dos empresários de qualquer ilha para realizarem investimentos nas áreas de apoio.

Relativamente ainda à questão de Ilha Terceira não sei do que é que se está a queixar, porque em 1996 havia 655 camas, em 2004 há 1355, mais do dobro.

Os empresários continuam interessados em investir, basta ver as intenções de investimento que estão na Direcção Regional do Turismo, tais como o Hotel Risort Atlantis, de 4 estrelas, na Serretinha com mais 199 camas; Apartothenel, 3 estrelas, na Avenida Infante D. Henrique com mais 120 camas; Pousada de S. Sebastião, no Castelinho, mais 240 camas; Angra Marina Hotel mais 243 camas.

No Concelho da Praia da Vitória, ampliação do Hotel Residencial Teresinha, mais 24 camas; Hotel Praia Santa de Cruz, mais 67 camas;...

Deputada Maria José Duarte (PSD): E a ocupação?

A Oradora: ... hotel de 4 estrelas no Caminho do Facho, mais 120 camas. Não sei o que quer que lhe diga mais.

A senhora, se calhar, não sabe o que se passa à sua volta. Aconselho a que esteja mais atenta.

Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu nome do Governo e em relação a esta matéria eu gostaria de, para além de considerar inteiramente válida e correcta a análise, dentro daqueles parâmetros definidos pela Sra. Deputada Ana Isabel Moniz e dentro daqueles que foram os parâmetros e critérios que ela seguiu na sua intervenção, dizer que a sua intervenção foi inteiramente correcta e ilucidável do que faz, mas gostava também de lhe dizer que da parte do Governo Regional existe conhecimento concreto daquela que é a situação, para além da situação global de cada uma das ilhas dentro desta grande aposta que está a ser feita pelo Governo Regional e está, e não ficará mal reconhecer isso, do ponto de vista global de economia regional, a ser ganha pelo Governo Regional dos Açores.

Portanto, o aspecto sentido da intervenção da Sra. Deputada Ana Isabel está efectivamente correcto.

Gostava também de dizer que, da parte do Governo Regional, existe a consciência daquelas que são as fragilidades que este processo pode apresentar numa ou noutra ilha da nossa Região e, sobretudo, das fragilidades que este processo, tendo em vista aquilo que é o facto de ter começado quando começou, e estamos a falar dum processo que é ainda muito recente, é um processo que ainda tem alguns constrangimentos naturais numa fase inicial do seu crescimento, o Governo Regional, estando atento a esta realidade, tem também definido um conjunto de medidas, matérias e instrumentos como, por exemplo, a atenção que tem sido dada pela Secretaria Regional da Economia em relação a esta questão e às fragilidades dos específicos aspectos em que ela se manifesta, por exemplo, na Terceira, mas não gostaria de falar apenas na Terceira. Existem outras ilhas em que se apresentam necessidades específicas do ponto de vista de aposta turística.

Repare, por exemplo, que a criação do Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico no seu instrumento enquadrador e em função daqueles que são os sistemas de incentivos, existe efectivamente uma valoração daquela que é a realidade das ilhas mais pequenas. Agora, há aqui um facto que me parece importante realçar, Sra. Deputada.

Se é certo que esta aposta do Governo Regional pode apresentar algumas fragilidades do ponto de vista do estado actual do seu crescimento, parece-se indiscutível que esta é uma aposta de sucesso e nós não podemos nivelar as coisas por baixo.

Com esta consciência da necessidade de acorrer a circunstâncias específicas de algumas das ilhas da Região, há efectivamente um efeito de alavanca que se cria em função do estado de desenvolvimento que este processo apresenta noutras ilhas como, por exemplo, S. Miguel.

A mensagem que o Governo Regional gostaria de transmitir em relação a esse aspecto é, em primeiro lugar, a constatação da análise e da correcção da intervenção da Sra. Deputada Ana Isabel Moniz.

Efectivamente os números que ela apresentou demonstram que esta é uma aposta que, do ponto de vista regional, está a ter sucesso.

Em segundo lugar, o conhecimento e a constatação que o Governo Regional tem da necessidade de se aperfeiçoar mecanismos, alguns dos quais já estão em prática e já estão feitos da parte do Governo Regional, quer em relação à ilha Terceira, quer em relação a outras ilhas, como o caso de S. Jorge.

Presidente: Sr. Secretário, agradecia que concluísse.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente.

Por último, o facto de, em relação a essa constatação e à consciência que o Governo Regional tem dela, estar já em andamento o processo no sentido de colmatar e de obviar algumas dessas dificuldades.

Também se reconhece que este não é um processo que se possa resolver de uma momento para o outro.

Há forças que estão em campo que não reagem numa forma imediata aos impulsos que são dados por parte das entidades públicas, mas, sobretudo, penso que as condições que temos neste momento da consciência da necessidade de disponibilidade e de planeamento para actuar em determinadas áreas, dá efectivamente a garantia de que da mesma forma que conseguimos níveis de desenvolvimento satisfatórios nas ilhas ditas maiores da nossa Região, também noutras ilhas conseguiremos levar avante e vencer por completo este desafio.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

(* **Deputada Carla Bretão (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à crítica que lhe fiz, Sra. Deputada Ana Isabel Moniz, o que está aqui em questão é que uma política só poderá ser analisada, na sua eficácia ou não, por um conjunto de dados e não só os globais. Tem que perceber que nós somos 9 ilhas.

O conselho que lhe dei foi que, analisado os dados bons e os menos bons, relativamente aos menos bons apontasse um caminho ou que fizesse alguma análise aos mesmos, mas a verdade é que parece que olha para uma árvore e pensa ver a floresta e isso não pode ser assim.

Deputada Ana Isabel Moniz (PS): Eu não estou a olhar para uma árvore, mas para uma floresta!

O Orador: Relativamente à listagem que fez do número de camas e do número de unidades hoteleiras, eu só lhe posso dizer que essas unidades hoteleiras que surgem não são da responsabilidade do Governo Regional, são de investidores privados e que têm a preocupação que os mesmos da dêem certo e a verdade é que surgem imensas queixas desses mesmos empresários relativamente às taxas de ocupação. A Sra. Deputada está satisfeita com uma taxa de ocupação inferior a 30%? Claro que não, ninguém está. Eu estou a falar da Terceira, mas esta taxa em qualquer sítio é má.

Portanto, o conselho que lhe dei foi para analisar os dados, cada um por si, os bons e os menos bons, e apontando soluções para os menos bons.

Relativamente ao Sr. Secretário Regional da Presidência, eu apenas gostaria de lhe perguntar, dada a análise que tem feito dos vários elementos estatísticos que dispõe das várias ilhas, relativamente à Terceira, como pensa inverter esta tendência?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Carla Bretão:

Em primeiro lugar eu gostava de contribuir para esclarecer aqui um aspecto, do qual, infelizmente, o PSD é reincidente e que é o seguinte:

Quando os investimentos dão certo, o Governo não tem nada a ver com eles, quando não dão certo a culpa é do Governo Regional. Nós temos que ser minimamente realistas nesta análise.

É óbvio que os estabelecimentos hoteleiros que surgem não são propriedade do Governo Regional, mas os investimentos hoteleiros surgem porque o Governo Regional, dentro daquelas que foram as suas opções políticas, definiu sistemas de incentivos que potenciaram e facilitaram o surgimento deste tipo de estruturas.

Portanto, quando se faz referência ao surgimento desses estabelecimentos, aliás, o facto deles surgiram por parte da iniciativa privada, se prova alguma coisa, não é que o Governo não tem nada a ver com o assunto, mas que estava efectivamente correcta a aposta que o Governo Regional fez nesta área e que mereceu, da parte dos investidores privados, a aceitação e o compromisso que levaram à sua materialização.

Deputada Carla Bretão (PSD): As queixas são muitas neste momento.

O Orador: Eu não estou a falar das queixas dos empresários, estou a falar é da sua queixa.

Deputada Carla Bretão (PSD): Não interessa!

O Orador: A sua queixa interessa e muito. Não seja tão humilde como isso.

Eu estou a falar é da sua queixa de que esses investimentos hoteleiros são dos privados e não têm nada a ver com o Governo Regional.

Não está correcto e gostava de aqui nesta câmara salientar aquilo que é efectivamente medidas de política tomadas pelo Governo Regional dos Açores e a resposta que os investidores privados dão a esses sistemas de incentivos e que leva a que a situação, do ponto de vista global, seja aquela que nós temos.

Em relação a questões concretas, seja da Terceira, seja de S. Miguel, parece-me que a Sra. Deputada na sua análise está a correr um risco. A senhora acusa-nos de sermos parcelares na análise.

Deputada Carla Bretão (PSD): Foi relativamente a uma intervenção feita na tribuna!

O Orador: Mas há solidariedade entre essas duas bancadas.

Não queira também ser parcelar do ponto de vista de analisar apenas aquilo que é uma situação específica de uma ilha.

Se não quer que analisemos a situação do ponto de vista global apenas, também não particularize em relação a uma ilha.

Eu reafirmo aquilo que disse em relação à questão da Terceira e em relação às outras ilhas: o Governo Regional tem perfeita e exacta consciência daquelas que são as áreas em que deve haver um esforço de actuação pública, para colmatar algumas fragilidades que se apresentam, questões da taxa de ocupação, questões de transporte e de acesso.

Do ponto de vista concreto em termos de medidas, há algumas que já estão em andamento. A própria Secretaria Regional da Economia tem feito um esforço com investidores privados, no sentido de colmatar algumas falhas, no sentido de proporcionar condições acrescidas para a questões de canalização de fluxos turísticos e da mesma forma que essas medidas já foram postas em prática, por exemplo em relação à ilha Terceira, existem outras medidas que também já estão planeadas e algumas delas em prática, em relação a outras ilhas da Região.

Reafirmo mais uma vez que do ponto de vista dos sistemas de incentivos, do ponto de vista da criação e de funcionamento do Fundo Regional de Apoio à Coesão...

Deputada Carla Bretão (PSD): A Terceira não faz parte desse grupo!

O Orador: Mas fazem as outras ilhas.

Peço-lhe desculpa, mas não posso...

Presidente: Também lhe peço desculpa, Sr. Secretário, mas o seu tempo já terminou.

O Orador: Terminou já, Sr. Presidente.

A análise destas matérias não pode incidir apenas em relação à Ilha Terceira.

Se a senhora, do ponto de vista político, quer efectivamente colocar a questão da preocupação e da atenção política do Governo Regional, a resposta é esta:

O Governo Regional está consciente, desperto e empenhado em resolver as fragilidades ou as circunstâncias que necessitem de atenção acrescida no sector turístico em todas as ilhas da Região.

Deputada Carla Bretão (PSD): Eu perguntei um caso específico: no caso da Terceira o que é que o Governo pretende fazer?

O Orador: Eu já lhe dei alguns exemplos, Sra. Deputada. Acabei de falar naqueles que são os contactos com operadores privados no sentido de direccionar fluxos turísticos para a Terceira.

Não é suficiente para a Sra. Deputada. Paciência! Não tenho mais tempo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, nos termos regimentais, solicita um intervalo de 30 minutos.

Presidente: Está concedido. Vamos suspender os nossos trabalhos por 30 minutos.

(Eram 17 horas e 25 minutos)

Presidente: Peço aos Srs. Deputados que ocupem os seus lugares para prosseguirmos com os nossos trabalhos.

(Eram 18 horas e 25 minutos)

Vamos entrar na nossa ordem de trabalhos.

Temos em primeiro lugar uma **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Regime jurídico da avaliação do Sistema Educativo Regional”**.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência.

(*) Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Decreto Legislativo Regional, cuja apreciação agora iniciamos, tem como objectivo complementar aquilo que foi feito por esta câmara com a aprovação do Decreto Legislativo Regional nº 12/2005, sobre a autonomia e gestão das escolas.

Por aquele decreto foi concedido às nossas escolas uma ampla autonomia, autonomia essa que agora terá que ser avaliada no sentido de se perceber se cada uma das instituições está a cumprir os requisitos que foram estabelecidos e se o resultado do trabalho e do investimento que é feito na educação se traduz ou não em termos de qualidade e em termos de sucesso educativo.

O Decreto que agora apresentamos visa criar na Região um regime jurídico de avaliação do sistema educativo, regime esse que assenta em duas avaliações complementares: uma autoavaliação feita pela própria escola, de acordo com um guião e com um conjunto de regras que são estabelecidas pela administração educativa, e uma avaliação externa que é contratada a entidades independentes.

A autoavaliação é obrigatoriamente feita no final de cada ano lectivo e a avaliação externa é periódica e feita de forma rotativa para que, num prazo razoável, cubra todo o sistema educativo.

Para além de estabelecer as normas básicas desses dois tipos de avaliação, o decreto que agora apresentamos também estabelece normas sobre a contextualização e a disponibilização dessa informação por forma a que ela possa ser relevante e possa ser utilizada, quer pela administração educativa, quer pelos pais, pelas famílias, no conhecimento da situação das escolas que servem os seus educandos, quer também pelas próprias escolas no sentido de detectarem quais são as suas áreas fortes e fracas e por essa via tomarem as medidas correctivas consideradas como necessárias. É este o objectivo do decreto que agora apresentamos.

Muito obrigado.

Presidente: Está à discussão o diploma.

Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(* **Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista gostaria de explicitar a sua posição acerca deste regime jurídico que agora é apresentada a esta Assembleia.

Como sabemos já há uma lei que regula esta matéria e na Região faz todo o sentido que se disponha sobre a mesma matéria e que esta disposição se adegue também ao sistema educativo regional.

Consideramos que as duas avaliações complementares são importantes.

Por um lado, trata-se de uma espécie de meta/discurso que passa a existir nas escolas, ou seja, as escolas responsáveis pela avaliação passam também a ser avaliadas e, por outro, consideramos que o próprio sistema educativo não pode melhorar se não passar por um sistema de avaliação que tenha em conta as especificidades da Região, mas que também as potencie no sentido da sua melhoria, melhorar o que está menos bem e também no sentido da reafirmação daquilo que já funciona bem nas nossas escolas.

Gostaria também de acrescentar, tendo em conta as propostas que o Grupo Parlamentar já apresentou em comissão e vai apresentar em sede de especialidade, que nós consideramos que esta Proposta de Decreto tem dois aspectos que precisam de ser atendidos. Um deles tem a ver com a necessidade futura e prospectiva consequente da avaliação, ou seja, não se deve avaliar somente para compilar informação, mas para que se possa agir.

Portanto, este sentido de futuro e de melhoria da actual situação do sistema de ensino é contemplado nas nossas propostas na especialidade. Por outro lado ainda, também entendemos ser muito importante que não seja posta em causa a autonomia das próprias escolas no sentido de quando se padroniza a questão da avaliação, não se poder pôr em causa a margem de flexibilização que o Decreto Legislativo Regional 12/2005 atribui às escolas.

Outra questão que também julgamos ser importante, e que já foi alvo de propostas de alteração, em sede de comissão, tem a ver com a necessidade de contextualização, ou seja, avaliar tendo em conta a contextualização em que aquela determinada unidade orgânica se insere e também a importância que o contexto exerce sobre os resultados dessa avaliação.

Assim sendo, reputamos este diploma de importante, porque abre caminho a um aspecto importante que é o da avaliação das escolas e o de transformar as escolas em unidades aprendizes, não estáticas, mas dinâmicas e que podem aprender com os erros e com os aspectos positivos daquilo que fazem.

Tudo isto permitirá uma reflexão profunda de toda a comunidade educativa que nos parece ser muito positiva. Daí o nosso voto favorável ao diploma.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O conhecimento e a divulgação por vários órgãos de comunicação social dos Açores dos preocupantes dados estatísticos oficiais sobre as taxas de retenção no ensino básico dos Açores, relativos ao ano lectivo 2002/2003, motivaram, à maneira de resposta política, a aprovação logo a seguir no Conselho do Governo Regional da Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre o regime jurídico da avaliação do sistema educativo.

Esta relação, de algum modo redutora, desde logo estabelecida entre o insucesso escolar e a avaliação das escolas, nem sequer foi na altura disfarçada pelo titular da Educação e Ciência que afirmou à comunicação social e cito: “Que havia tomado medidas para contrariar o insucesso escolar nomeadamente elaborando legislação que visa fazer uma avaliação das escolas”.

A questão da necessidade da avaliação das escolas é incontornável e não é nova. Já em 1995 António Nóvoa referia que, e cito: “a primeira característica chocante no funcionamento actual das nossas escolas é o seu carácter cego.

As outras instituições interrogam-se periodicamente sobre elas próprias, reflectindo colectivamente em instâncias qualificadas sobre o seu funcionamento.

Esta prática é desconhecida nos estabelecimentos de ensino e estamos de tal modo habituados a este funcionamento às cegas que já nem sequer damos por ele”. Fim de citação.

Não é, portanto, por haver insucesso escolar que é necessário haver uma avaliação interna e externa das escolas.

A avaliação das escolas é um instrumento fundamental do funcionamento do sistema educativo e deve ser uma prática habitual das escolas e do próprio sistema, independentemente do que se passa numa área ou aspecto do mesmo sistema.

Ligar a avaliação das escolas à problemática do insucesso no contexto em que se fez e como foi feito, é redutor e pode sugerir que esta avaliação é uma espécie de “represália ou castigo” às escolas que manifestem problemas nessa área e isso nem é

verdadeiro, nem é bom nem para as escolas, nem para o sistema, nem sequer para a verdadeira compreensão e alcance deste diploma que estamos a analisar.

Esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, que agora nos ocupamos, desenvolve e regulamenta nos Açores a Lei nº 31/2002, de 20 de Dezembro.

Três anos depois, o diploma regional surge-nos claramente melhorado e com boas e inovadoras soluções por comparação com a lei nacional: tal é, por exemplo, o caso do guião de autoavaliação. Também por isso daremos o nosso apoio a este diploma.

A unanimidade e o consenso que é possível construir à volta deste diploma não nos impede, porém, de aqui deixar um reparo:

Este diploma foi aprovado em Conselho do Governo em 23 de Agosto passado. No final de Agosto estava à discussão pública no site da Secretaria Regional da Educação e Ciência.

A 9 de Setembro foi distribuído aos deputados, tendo a Comissão dos Assuntos Sociais deliberado solicitar pareceres a todas as escolas dos Açores e aos sindicatos.

De acordo com a informação prestada na última reunião da Comissão esses pedidos de parecer foram feitos a 4 de Outubro, solicitando-se um prazo de resposta de nove dias.

Tirando as demoras do correio no envio e na devolução e os fins de semana e o feriado, só muito dificilmente é que a Comissão teria os pareceres disponíveis para analisá-los, quando se reuniu a 12 de Outubro. Foi o que aconteceu. Pior: até hoje nenhum parecer foi recebido e pior ainda, no dia de hoje, 19 de Outubro, há escolas nos Açores que não receberam o pedido de parecer sobre o diploma.

A pressa, de facto, não é boa conselheira e apesar de consensual e positivo só se tinha a ganhar se a análise deste diploma tivesse sido enriquecida com as sugestões e os pareceres daqueles que no dia-a-dia vão ajudar a implementar alguns aspectos deste diploma.

O pedido de audições e pareceres não são uma pró-forma do funcionamento legislativo, são um enriquecimento do processo legislativo.

Temos, portanto, pena e lamentamos que neste diploma isso não tenha sido verificado.

Apesar deste reparo construtivo, fica a certeza do nosso voto favorável ao presente decreto legislativo regional ao qual apresentaremos uma proposta de aditamento e fazemos votos que ele contribua para a melhoria do nosso sistema educativo regional.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência.

(*) Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo: Era para responder a algumas das questões levantadas aqui pelo Sr. Deputado Costa Pereira.

Sobre a questão de pareceres, obviamente que não é competência do Governo e não me pronuncio sobre isso.

Sobre a questão de isto ser uma resposta política, algo que foi divulgado no corrente Verão, gostaria de lembrar ao Sr. Deputado que a génese deste diploma vai a 2001. Se Sr. Deputado vir um dos artigos do Decreto Legislativo Regional 15/2001/A, lá está que o Governo Regional, por Decreto Regulamentar Regional, nessa altura aprovaria o regime de avaliação das escolas.

Acontece que no período que decorreu desde essa altura até agora, o Governo da República publicou um Decreto Legislativo o que obviamente inviabiliza que o Governo Regional, por decreto regulamentar, intervenha nesta matéria. Daí o Decreto Regulamentar Regional que está preparado já há bastante tempo e que foi objecto de discussão há mais de um ano, no âmbito do actual Conselho de Coordenação do Sistema Educativo, em que estiveram presentes os representantes de todas as escolas.

Esse diploma fez um longo percurso e só agora o trouxe a esta câmara.

Portanto, não foi um diploma feito a pensar na divulgação dos eventuais dados como aqueles que o Sr. Deputado aqui referiu, mas, sim, um diploma com base num projecto político que está plasmado no Decreto Legislativo Regional nº 15/2001/A. É aí que ele tem a sua raiz, que é muito anterior a dados de 2003.

Queria também esclarecer o Sr. Deputado que os dados que foram revelados de 2002/2003 são dados que não podem ser comparados e utilizados da forma como o

Sr. Deputado aqui o fez na última sessão e que, infelizmente, na altura não lhe pude responder, porque não estive presente à sessão.

Os dados sobre a evolução do sucesso educativo na Região estão patentes nas publicações que a Secretaria regularmente faz e posso dizer-lhe que os últimos anos foram anos de franca melhoria nessa matéria.

É óbvio que nós não estamos no horizonte onde gostaríamos de estar, mas vamos nesse caminho.

Também lhe quero dizer que não há qualquer relação entre uma coisa e outra, até porque se ler o diploma que agora está em discussão, o que lá é dito é que a avaliação é uma avaliação feita para todas as escolas, quer tenham bons, quer tenham maus resultados e o objectivo é, obviamente, melhorar a qualidade das escolas, ou seja, ninguém é punido por ter maus resultados, antes pelo contrário, quem tiver maus resultados terá que ser ajudado no sentido de obter melhores resultados.

É esse o objectivo político, é esse o objectivo prático da avaliação.

Não é uma avaliação punitiva, mas uma avaliação para retratar as boas e as más práticas e reforçar as boas e, tanto quanto possível, eliminar as más.

É esse o objectivo do diploma. É isso que está plasmado no seu texto.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(*) **Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Costa Pereira:

Eu gostaria de lhe dizer que a questão da própria marcação da reunião teve a ver com o meu regresso, porque estive ausente das funções de presidente da Comissão durante alguns meses e, portanto, a coincidência do meu regresso com a saída da Deputada Nélia Amaral fez com que tivéssemos praticado algo que não costumamos fazer na comissão que é ter encurtado o prazo para parecer das associações sindicais e dos conselhos executivos.

Não obstante, esse prazo foi dado e pareceu-nos razoável. Embora costumássemos dar um prazo mais alargado, pareceu-nos o suficiente para que esse parecer fosse

dado e consideramos que, se houvesse interesse em dar esse parecer, houve tempo suficiente para ele ter sido feito.

Penso também que seria importante, em termos do próprio funcionamento da Comissão, embora isto não seja a sede própria para essa discussão, que houvesse uma preocupação de, já que há essa preocupação com o pedido de emissão de pareceres, em sede de Comissão fazer uma discussão alargada dos diplomas, coisa que não aconteceu infelizmente, uma vez que foi só o Partido Socialista que apresentou propostas de alteração, aliás, que vão ser complementadas hoje com outras propostas.

Portanto, penso que essa discussão alargada deve ser promovida nomeadamente em sede de comissão e não só em plenário.

A posição do PSD tem sido a de remeter sucessivamente a discussão das matérias para o plenário e agora tenta arranjar este álibi do prazo encurtado.

A justificação é esta e eu no próprio dia que regresssei fiz questão de enviar esse pedido de parecer. Não o pude fazer mais cedo porque estava ausente da própria comissão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário: sobre a questão dos dados estatísticos conversaremos noutra altura. Havemos de ter ocasião para falar sobre os dados estatísticos e a correcção ou não daquilo que eu disse no último plenário.

Quanto à questão da relação entre o insucesso e a avaliação, eu acredito na sinceridade do processo que aí procurou traçar, mas, Sr. Secretário, não fui eu que disse ao “Açoriano Oriental” que havia tomado medidas para contrariar o insucesso escolar, nomeadamente elaborando legislação que visa fazer uma avaliação das escolas. Não fui eu que disse e não fui eu que escrevi. Limitei-me a ler e a considerar que não é correcto fazer-se esta associação e penso que concordará comigo que juntar uma coisa à outra não é correcto, porque subverte a própria natureza e os objectivos do diploma que estamos a avaliar.

Portanto, não fui eu que o disse e se o jornal não transmitiu correctamente as suas afirmações, não tenho culpa disso.

Quanto à questão do funcionamento da Comissão dos Assuntos Sociais, já não é a primeira vez que se procura trazer para o plenário a questão do funcionamento interno da Comissão dos Assuntos Sociais e sobre a prática do PSD nessa Comissão. Sra. Deputada: como saberá, a estratégia política e a prática do PSD na Comissão dos Assuntos Sociais é assunto interno do PSD.

E deva dizer-se que o PSD tem toda a legitimidade para ter o procedimento que tem tido.

E mais: o procedimento que o PSD tem tido na Comissão e em plenário, com a apresentação de propostas, tem sido de absoluta lisura. Nós nunca apresentámos em plenário uma proposta sem previamente conversarmos com os deputados da Comissão, com o Sr. Secretário, procurando chegar a consenso, porque entendemos que a nossa colaboração deve ser construtiva e deve ser de melhoria dos diplomas. Tem sido sempre assim e assim continuará a ser.

O que eu peço é que nos dê o benefício de podermos ter a estratégia e a prática política que achamos mais adequada.

Agora, a verdade manda que se diga que a prática da Comissão dos Assuntos Sociais, em termos de audições e de pedidos de parecer não tem, de facto, sido esta, pelo que o caso presente foi uma excepção.

Sra. Deputada: é evidente que discordo quando diz que, quando concedeu às escolas um prazo de nove dias para darem parecer sobre este diploma, considera isso suficiente.

Como lhe digo, pediu o parecer no dia 4, deu às escolas nove dias, desses nove dias retire o tempo para o correio (expedição e recebimento), mais o feriado, mais os fins de semana, mais o tempo que as escolas precisam de se mobilizar para analisar o diploma, mais o elaborar o parecer, é evidente que quando as escolas estão a iniciar o processo já acabou o prazo de dar resposta.

Portanto, a nossa opinião é que este prazo foi excessivamente curto e como havia todo o interesse que as escolas e os sindicatos pudessem ter tido uma maior participação neste diploma, porque naturalmente só o enriquece, nós poderíamos ter

encontrado soluções que obviassem a que esta situação tivesse acontecido e que não se verificasse aquilo que, infelizmente, aconteceu: haver ainda muitas escolas que hoje não receberam ainda o pedido de parecer. E isto não é correcto.

Presidente: Está feito o debate na generalidade. Vamos fazer a votação deste diploma.

Os Srs. Deputados que concordam com este diploma, na generalidade, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada, na generalidade, por unanimidade

Presidente: Passamos à especialidade.

Pergunto se alguém quer intervir na especialidade sobre estes artigos, porque se não houver, usarei a metodologia que usei ontem.

(Pausa)

Parecendo não haver debate na especialidade, vamos passar à votação.

Existem propostas de alteração que vêm da Comissão e são subscritas pelo Partido Socialista para os artigos 3º, 4º, 6º, 11º, proposta de alteração para o artigo 10º, apresentada pelo PS e uma proposta de alteração para o artigo 8º, apresentada pelo PSD.

Se não se opusessem eu punha à votação os artigos não alterados e posteriormente votaríamos as alterações.

Vamos votar, na especialidade, os artigos que não são objecto de alteração, que são os que eu não enumerei.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos que não são objecto de alteração foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos agora aos artigos susceptíveis de serem alterados e o primeiro é o artigo 3º que tem uma proposta de alteração que vem da Comissão, subscrita pelo PS.

Vamos votar a proposta de alteração para o artigo 3º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a parte restante do artigo 3º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A parte restante do artigo 3º, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração ao artigo 4º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a parte restante do artigo 4º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A parte restante do artigo 4º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação da proposta de alteração para o artigo 6º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a parte restante do artigo 6º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A parte restante do artigo 6º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação da proposta de alteração para o artigo 11º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a parte restante do artigo 11º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A parte restante do artigo 11º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos agora votar a proposta de alteração para o artigo 10º, apresentada pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

O Sr. Deputado que discorda faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos votar agora a parte restante do artigo 10º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A parte restante do artigo 10º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos passar agora à votação de uma proposta de alteração para o artigo 8º, apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a parte restante do artigo 8º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A parte restante do artigo 8º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora uma proposta de aditamento de um artigo 20º-A, apresentada pela Comissão e subscrita pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Aprovado na especialidade, passamos agora à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com este diploma sobre “regime jurídico da avaliação do Sistema Educativo Regional”, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Este diploma baixa à Comissão para redacção final.

Passamos ao ponto seguinte da ordem de trabalhos:

Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projecto de Resolução que “Recomenda a revogação do Despacho normativo nº 48/2005, de 11 de Agosto”, apresentada pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O ano lectivo parecia ter arrancado bem, não fosse a inequívoca perturbação decorrente de um Despacho Normativo nº 48/2005 do Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência.

Perante a desmotivação dos professores e a sua mobilização no protesto, o que ficou visto foi que um despacho normativo que por natureza determina, afinal, não era para determinar, gerando a confusão sobre a sua interpretação e a sua aplicação.

O Sr. Secretário teimosamente exigia a sua aplicação, o Sr. Presidente do Governo dizia que era para ser avaliado e que podia não ser aplicado e, entre autorização e desautorização, continuou-se sem perceber o que ia no reino da educação neste ano lectivo.

Perante tanta confusão e indefinição, foi entendimento do PSD reclamar e propor que, na política da educação e neste ano escolar, fazia todo o sentido, por falta de negociação e de concertação desta opção de gestão dos horários dos professores nas escolas, se fizesse a revogação do despacho normativo que não pretendia determinar nada, mas apenas passar a responsabilidade para os Conselhos Executivos.

Ora, a verdade é que por esta posição do PSD, pelo movimento e protesto dos professores, através também de uma Petição entrada nesta Assembleia a reclamar a revogação ou suspensão deste despacho normativo, era nosso entendimento recomendar a imediata revogação deste despacho normativo, mas o Governo recuou e anunciou a abertura de um processo negocial com os professores.

A urgência reclamava a revogação deste despacho normativo no sentido de recuperar a normalidade do funcionamento do ano escolar. No entanto, o Governo recuou e anunciou abrir um processo negocial com os professores.

Não pretendemos hoje esgotar o assunto e queremos manter o acompanhamento desta situação.

A verdade é que a nossa Proposta de Resolução deve ser analisada e apreciada em sede de Comissão dos Assuntos Sociais, aliás, acompanhando a Petição entrada nesta Assembleia, assinada por mais de dois mil professores, e acompanhar o objectivo e a orientação do Governo em termos de política de educação, razão pela qual não prescindimos de uma análise conjunta da nossa proposta de resolução com a Petição e com o acompanhamento das negociações que o Governo agora resolveu abrir.

Neste sentido pretendemos que a nossa Proposta de Resolução seja analisada em sede de Comissão dos Assuntos Sociais e retiramos o nosso pedido de urgência com dispensa de exame em comissão.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência.

(*) **Secretário Regional da Educação e Ciência** (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Despacho Normativo 48/2005 diz no seu preâmbulo que é um despacho de natureza transitória e que visa exactamente o início de um processo de alteração da forma como os horários do pessoal docente são feitos.

É uma alteração profunda, uma alteração complexa e, obviamente, uma matéria que carece de análise e de adaptação.

Não se esperava que ela fosse uma medida instantânea e que de imediato produzisse resultados.

O Sr. Presidente do Governo, repetindo aquilo que eu tinha dito em directo no dia da abertura do ano lectivo na RTP/Açores, disse que era uma matéria que carecia de acompanhamento, de análise e adaptação e foi isso que foi feito. Não houve aqui qualquer situação de desencontro de opiniões.

Aquilo que terá que ser feito é aquilo que já se iniciou. Já foi formalmente proposto por ofício aos sindicatos representativos do pessoal docente a abertura de um processo negocial, processo esse que seguirá os trâmites que a lei prevê e o diploma em si é um diploma que versa três matérias distintas que serão, uma boa parte delas, necessariamente objecto de análise nesta câmara, porque são matérias que têm a ver com a regulamentação do Estatuto da Carreira Docente, a sua alteração ou questões que têm a ver com gestão e em devido tempo elas virão a esta câmara. Sempre foi essa a vontade do Governo e sempre foi isso que foi anunciado.

Neste aspecto estamos de acordo e a vossa Proposta de Resolução é muito bem-vinda, porque é mais um contributo para que nós possamos, em conjunto, discutir uma matéria importante.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Eu dei a palavra impropriamente ao Sr. Secretário, porque uma vez que o processo de urgência foi retirado, o debate deveria ter terminado naquele momento. Foi um lapso da minha parte.

Passamos ao ponto seguinte, **Proposta de Resolução – “Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, referente ao ano de 2004”**.

Como sabem já foi objecto de visto do Tribunal de Contas.

Deixem-me dizer que não havia nada a apontar pelo Tribunal de Contas.

Está aberto o debate sobre esta Proposta de Resolução.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com a Conta de Gerência da ALRAA, referente ao ano de 2004, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao pedido de urgência e dispensa de exame em comissão da **Proposta de Resolução - “Prorrogação do prazo previsto no artigo 6º da Resolução da ALRAA, nº 3/2005/A, de 20 de Janeiro”**.

Relativamente a este assunto eu posso explicar o que é que se passa.

Foi aprovada aqui uma resolução para a criação de uma comissão que está a estudar o impacto do Acordo da Base das Lajes nos Açores.

A própria resolução fixava um prazo que está a expirar e há necessidade de conferir mais prazo a essa comissão e, portanto, os próprios elementos da comissão solicitam um prazo de oito meses.

Vamos discutir primeiro o pedido de urgência. Está aberto o debate.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com este pedido de urgência, mantenham-se, por favor como se encontram.

Secretário: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos à própria Proposta de Resolução em que a própria comissão solicita a esta Assembleia mais oito meses para concluir o seu trabalho.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O pedido de prorrogação do prazo previsto no artigo 6º da Resolução da ALRAA nº 3/2005/A, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos agora votar o relatório sobre um pedido de autorização para prestar depoimento na qualidade de testemunha, o Sr. Deputado Manuel Avelar da Cunha Santos.

O assunto foi analisado pela Comissão respectiva que, depois de ouvir o Sr. Deputado, propõe que este plenário autorize a audição deste Sr. Deputado como testemunha num processo.

Os Srs. Deputados que concordam com o relatório, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O relatório apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, para além disto que está inscrito na ordem de trabalhos temos ainda um outro assunto a resolver e que foi falado na conferência de líderes, que é a nomeação dos representantes da Região Autónoma dos Açores no Conselho Económico e Social.

Foi entregue uma proposta apresentada pelo Partido Socialista que indica para representar a Região Autónoma dos Açores no Conselho Económico e Social os seguintes nomes:

- Professor Doutor Fernando Rosa Rodrigues Lopes - Efectivo
- Engenheiro Luís Tadeu da Silva Dutra - Efectivo
- Dr. António Gabriel Fraga Martins Maio - Suplente
- Francisco Jorge Silva Ferreira - Suplente

Esta é uma votação secreta. Peço aos senhores funcionários para distribuírem os boletins de voto.

(Pausa)

(Após a distribuição dos boletins de votos, foi feita a chamada dos Srs. Deputados)

Presidente: Srs. Deputados, agradece que ocupassem os vossos lugares para eu anunciar a votação.

Os nossos representantes do Conselho Económico e Social são os seguintes, com as seguintes votações:

- Professor Fernando Lopes, sim 32, não 11, abstenção 6;
- Engenheiro Luís Dutra, sim 29, não 17, abstenção 3;
- Dr. António Maio, sim 33, não 11, abstenção 5;
- Francisco Ferreira, sim 34, não 7, abstenção 7.

Foram todos eleitos.

Vou pôr agora à votação dos Srs. Deputados a seguinte Proposta de Deliberação:

A mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o plenário de Outubro.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Deliberação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, terminaram os nossos trabalhos. Muito boa noite e muito obrigado.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 25 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Victor do Couto Cruz

Deputado Independente

Paulo Domingos Alves de Gusmão

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Nélia Maria Pacheco Amaral

Partido Social Democrata (PSD)

Jaime António da Silveira Jorge

O Redactor, *José Rodrigues da Costa.*